



IPARDES

fundação édison viera INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE COMPRAS COMUNITÁRIAS

CONVÊNIO

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO
DO PARANÁ S.A. - CEASA/PR**

CURITIBA

ABRIL/1987

I59a

IPARDES-Fundação Edison Vieira.
Avaliação do programa de compras
comunitárias: Curitiba, 1987.
89p.
Convênio IPARDES/CEASA-PR.

1. Abastecimento de Alimentos-Paraná.
I. Título.

CDU 339.6:641 (816.2)

IPARDES - Fundação Édison Vieira

CARLOS ARTUR KRÜGER PASSOS - Diretor-Presidente

NEI CELSO FATUCH - Secretário Geral

CARLOS MANUEL V. A. SANTOS - Coordenador Técnico

EQUIPE TÉCNICA

Gracia Maria Viecelli Besen - Marina Maruyama Mori -
Paulo Roberto Delgado - Paulo Wawruk - Rosane de Lourdes Silva

Paulo Rogério Esmanhoto (consultor) in memorium

APOIO TÉCNICO OPERACIONAL

Sônia M. Salvadori Mosquera (normalização bibliográfica)

Letícia T. C. Koniarski (editoração), Noemi H. B. Perdigão (revisão), Ana Batista Martins (datilografia), Iara Regina Teixeira (desenho), Edson Luiz Rigoni (reprografia)

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	v
APRESENTAÇÃO.....	vi
INTRODUÇÃO.....	1
1 METODOLOGIA.....	8
2 O PROGRAMA DE COMPRAS COMUNITÁRIAS.....	16
2.1 OBJETIVOS E METAS ORIGINAIS.....	16
2.2 AÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DO PCC.....	18
2.3 DIFERENTES FASES DE FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA.....	21
2.3.1 Primeira Fase.....	22
2.3.2 Segunda Fase.....	32
2.3.3 Terceira Fase.....	37
3 A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NO PCC.....	49
3.1 A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NO PCC DA PERSPEC- TIVA DO ESTADO.....	49
3.2 A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E SUA RELAÇÃO COM O ESTADO: A PERCEPÇÃO DOS GRUPOS ENVOLVIDOS.....	52
3.3 OS GRUPOS DE COMPRAS E A OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA.....	58
3.4 OS GRUPOS DE COMPRAS ENQUANTO AGENTES FISCALI- ZADORES.....	61
CONCLUSÃO.....	64
ANEXO 1 - INFORMAÇÕES RELATIVAS AO PCC - CURITIBA E INTERIOR DO ESTADO.....	70

ANEXO 2 - GASTOS DO ESTADO COM O PROGRAMA DE COM- PRAS COMUNITÁRIAS.....	73
ANEXO 3 - RELAÇÃO DAS COMUNIDADES QUE PARTICIPAM DO PROGRAMA DE COMPRAS COMUNITÁRIAS.....	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	88

LISTA DE TABELAS

1 - Número de pedidos, volume, valor e economia geral do Programa de Compras Comunitárias, em Curitiba - 1984.....	27
2 - Número de grupos participantes e de pedidos, volume, valor total e médio e economia geral, do Programa de Compras Comunitárias, em Curitiba - 1984-85.....	30
3 - Número de grupos participantes e de pedidos, volume e valor total e médio, do Programa de Compras Comunitárias, em Curitiba - 1985-86.....	33
4 - Comparativo dos gastos mensais da compra nos supermercados e no Programa de Compras Comunitárias, em Curitiba - 1985-86.....	34
5 - Número de grupos participantes e de famílias, volume e valor total e médio do Programa de Compras Comunitárias, em Curitiba - 1986.....	38
6 - Comparativo dos gastos mensais da compra no supermercado e no Programa de Compras Comunitárias, em Curitiba - 1986.....	39
7 - Número de municípios do Interior e de famílias, volume e valor total e médio do Programa de Compras Comunitárias, em Curitiba - MAIO-OUT/1986.....	43
8 - Distribuição da renda familiar, segundo faixas de salário mínimo, das famílias participantes do PCC, em Curitiba - 1986.....	45
9 - Comparativo da aquisição dos produtos alimentares, por família, na área carente e no Programa de Compras Comunitárias, em Curitiba - 1984-86.....	47

APRESENTAÇÃO

Ao lado das intervenções na área de abastecimento, realizadas em sua maioria pelo governo federal, os Estados vêm desenvolvendo ações alternativas para o atendimento tanto de populações carentes como de classe média. No Paraná, além dos sacolões, varejões, feiras de produtores e de produtos de época, foram criados outros mecanismos destinados a levar alimentos especialmente à população de baixa renda, por preços abaixo daqueles praticados no mercado convencional, destacando-se o Programa Mercado Popular e o Programa de Compras Comunitárias - PCC. Este último é executado pela CEASA-PR, e conta, para sua operacionalização, com o envolvimento da população organizada em grupos de compras.

Este trabalho constitui um esforço de avaliação do Programa, resultado do convênio entre o IPARDES - Fundação Edison Vieira e a CEASA.

INTRODUÇÃO

Em meados da década passada, a questão do abastecimento alimentar foi recolocada em cena. A contínua queda do poder aquisitivo da população, como consequência da aceleração do processo inflacionário, da expansão do contingente de desempregados nos grandes centros urbanos e do arrocho sistemático de salários, levou a uma deterioração de suas condições de vida, agravando ainda mais seu quadro nutricional. O dimensionamento desse quadro em momentos diversos permite visualizar a magnitude do problema. Assim, para 1961-63,¹ 1975,² e 1986,³ têm-se, respectivamente, 27, 72 e 86 milhões de pessoas com algum grau de desnutrição no país.

Neste período, as classes populares passaram a se organizar em bairros, formando grupos de pressão e competindo pelos mesmos serviços sociais. Sua luta não se deu especificamente por salários, mas por melhores condições de vida. Lutaram, inicialmente, por moradia, saneamento básico, água, luz, asfalto, passando a reivindicar mais amplas, como as expressas no Movimento de Custo de Vida e Movimento Contra a Carestia, desen-

¹JUNQUEIRA, Antonio Hélio. A experiência das associações de produtores e consumidores na organização do abastecimento alimentar urbano no estado de São Paulo: estudo sobre a Associação de Compras Comunitárias do Estado de São Paulo. São Paulo, 1986. p.3. mimeo.

²JUNQUEIRA,

³FOME e política econômica. Retrato do Brasil, São Paulo, Política Editora, 1984. Encarte 7.

cadeados principalmente em São Paulo. Agora, o combate à inflação torna-se a bandeira principal. Querem o congelamento dos gêneros de primeira necessidade, incluindo alimentação, além das tarifas de luz, água, aluguéis, etc.

Inicialmente o Estado colocava-se ainda como opositor, não reconhecendo esses movimentos, tentando descaracterizá-los, questionando sua legitimidade. Mas a crise se agudizou, o desemprego cresceu e o reconhecimento do Estado da situação de emergência social passou a ser explicitado através de seus Planos de Desenvolvimento. A ideologia da participação social, embutida nas políticas sociais, pressupõem diálogo.

Os movimentos populares, por seu lado, demonstram a presença ativa das camadas excluídas da sociedade. Sua busca de autonomia revela, de certa forma, que se sentem donos de seus atos e não estão dispostos a esquecer de si próprios na relação que mantêm com o Estado, funcionários do governo, partidos políticos.

Já na década de 80, a população passou a se organizar para viabilizar alternativas de abastecimento. Dentre essas, destacam-se as compras comunitárias desenvolvidas pela Associação de Compras Comunitárias - ACC - do Estado de São Paulo e pela Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro - FAMERJ.

Em Curitiba, já em 1975 iniciava-se uma experiência de compras comunitárias com grupos de vizinhança ligados às Comunidades Eclesiais de Base - CEB - para fazer frente aos altos preços dos gêneros básicos. Originou-se, assim, o Centro Comunitário de Manutenção - CECOMA -, que chegou a reunir 25 grupos de compra, atendendo a cerca de 500 famílias com produtos ad-

quiridos junto a atacadistas. Em função das dificuldades em ampliar os serviços a um número crescente de famílias, devido à falta de infra-estrutura para as compras, a experiência foi paralisada em 1982. Iniciou-se, então, um período de contatos junto a órgãos oficiais para se conseguir apoio institucional às compras. O CECOMA reiniciou suas atividades em 1983, já no marco do Programa de Compras Comunitárias. Ainda nesse ano, organizou as feiras comunitárias - comercializando hortifrutigranjeiros de época adquiridos na CEASA -, que são realizadas aos sábados, em seis comunidades associadas ao CECOMA, contando com o trabalho voluntário da população.

No início dos anos 80, com o aprofundamento da crise econômica, agravaram-se ainda mais as condições de vida da população, acentuando-se o desemprego e a perda de renda por parte dos assalariados. Há que se ressaltar, também, que com a redução na oferta de alimentos básicos houve uma pressão sobre os preços dos gêneros alimentícios, dificultando o acesso da população carente a esses produtos.

A superação dessa situação colocava como inadiável que se considerasse o abastecimento alimentar como uma questão social a ser assumida pelo Estado. A reorientação nesse sentido passa a ocorrer com a posse, em 1983, dos novos governos estaduais, que incorporaram essa questão nas suas plataformas eleitorais enquanto uma das prioridades no resgate da dívida social dos anos anteriores.

A consecução desses objetivos, entretanto, esbarrou na dificuldade de esses governos influírem no rumo da política econômica, formulada a nível federal. Ao lado disso, deparou-se com a escassez de recursos públicos, nas administrações esta-

duais, que suportassem intervenções de porte. Assim, as ações nessa área se caracterizaram por medidas emergenciais (para fazer frente ao acirramento da crise econômica e ao descontentamento popular manifesto nos saques), paliativas (incapazes de reverter o quadro de desnutrição da população) e limitadas (dada a baixa taxa de cobertura dessas ações frente à magnitude do problema).

Por outro lado, quando se definem prioridades nos planos de governo, existem compromissos pré-eleitorais e interesses políticos que passam, efetivamente, à hegemonia, com poder de definir a repartição do "bolo orçamentário". No Paraná, o setor abastecimento tem participado timidamente do orçamento estadual. Em 1984, essa participação foi de 0,002% dos recursos do Tesouro do Estado, e nos anos recentes, mesmo com a alocação de novos recursos, essa situação não foi significativamente alterada.⁴

Quanto aos programas na área de abastecimento alimentar, alguns têm sido implementados como emergenciais. Porém, como o problema a ser enfrentado - a fome - vem se tornando crônico, passa a exigir uma intervenção contínua e regular. Ainda, a própria (....) existência desses programas e seu uso político - o que, por si só, induz sua perpetuação e alastramento - se traduzem em graus diferenciados na organização de uma importante parcela da população e na formação de expectativas e reivindicações em torno do acesso à alimentação.⁵

A expansão e consolidação desses programas acaba por le-

⁴ORÇAMENTO PROGRAMA ANUAL - 1984. CURITIBA, Secretaria do Estado do Planejamento. Coordenadoria de Orçamento e Programação, 1983. 299p.

⁵A CONSTITUINTE e o direito à alimentação. Análise Conjuntural, Curitiba, IPARDES - Fundação Édison Vieira, 8(9) set. 1986. Encarte.

var o Estado a operar em escala crescente no mercado de alimentos. Dessa forma, a exigência de se defrontar com a dinâmica do mercado aponta para a necessidade de se aprofundarem os mecanismos de controle sobre outras etapas do processo produtivo e da comercialização intermediária de alimentos.

No Paraná, a coordenação e a operação de ações nessa área couberam à Secretaria de Estado da Agricultura e empresas vinculadas, atuando através de programas especiais nas esferas da produção, comercialização e consumo. Dentre esses programas, estão os projetos sacolões, varejões, feiras especiais de produtos da época, feira do produtor, hortas comunitárias e abastecimento das praias na temporada.⁶

Em 1983, tendo como órgão responsável a CEASA, foi implantado o Programa de Compras Comunitárias, com a finalidade de (...) organizar as populações de baixa renda, moradores dos bairros de periferia, em torno de associações comunitárias, visando a participação em grupos para aquisição de alimentos básicos a custos reduzidos.⁷ O interesse em desenvolver um programa dessa natureza relaciona-se à opção política de serem resgatadas e fortalecidas as alternativas desenvolvidas pela comunidade, como a experiência do CECOMA, e à preocupação de o atual governo incentivar a participação comunitária na efetivação das ações públicas.⁸ Após três anos de sua implantação, a direção da CEASA decidiu realizar uma avaliação tendo em vista:

⁶ PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura. Organização do produtor, meio ambiente e abastecimento alimentar: relatório de atividades 1983/84. Curitiba, 1984. p.44-9.

⁷ PARANÁ, p.44.

⁸ PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura. Projeto: Compras Comunitárias de Alimentos Básicos. Curitiba, 1984. p.8.

- a) verificar os principais problemas e dificuldades envolvidos no desenvolvimento do Programa, que vêm limitando sua expansão e prejudicando a melhoria no abastecimento das famílias participantes;
- b) verificar até que ponto o Programa está conseguindo não apenas prestar um serviço material satisfatório à população, mas também ser útil enquanto instrumento de participação e elevação do grau de consciência e organização dessa população, no que diz respeito à defesa dos seus direitos no campo do abastecimento, especialmente o alimentar;
- c) obter informações que viabilizem e facilitem a transferência da experiência para outros municípios do Estado, no processo já iniciado de interiorização do Programa.

Considerando tais pretensões, este trabalho reconstituiu o histórico do Programa, enfatizando os esforços desenvolvidos pela CEASA para implantá-lo e garantir sua expansão e continuidade. Destacaram-se os distintos momentos da evolução do Programa, caracterizados por adequações institucionais para dotá-lo de condições básicas de funcionamento (provisão de recursos financeiros e de infra-estrutura de apoio e pessoal).

Paralelamente à reconstituição das fases de funcionamento, procedeu-se à análise de seu desempenho no referente à economia propiciada, às quantidades comercializadas e à população efetivamente atendida. Focalizou-se, ainda, o processo de expansão para outros municípios (interiorização), destacando-se as dificuldades encontradas em sua implantação, operacionalização e acompanhamento.

Por fim, abordaram-se questões pertinentes à participação das famílias no Programa. Verificaram-se como se dá o envolvimento das famílias na execução das tarefas dos grupos de compra, sua participação nas decisões institucionais e a percepção dos grupos quanto as suas relações com o Estado e seu processo de organização social.

1 METODOLOGIA

Para realizar a proposta de trabalho, delimitaram-se dois campos de investigação. O primeiro relaciona-se ao desempenho institucional, entendido como a avaliação do esforço desenvolvido pelo Estado para implementação do Programa e das ações complementares necessárias à garantia de sua continuidade; o segundo, à participação dos grupos de compra na operação e controle do Programa, bem como o reconhecimento da sua contribuição no fortalecimento das formas associativas da comunidade.

Para a avaliação do desempenho institucional, foi necessário a sistematização das informações e relatórios de atividades produzidos pelo Programa. Isso possibilitou resgatar o modelo original do Programa e destacar as alterações no decorrer de seu desenvolvimento. Ademais, pôde-se formular alguns indicadores básicos da capacidade de atendimento e abrangência do Programa e da economia propiciada às famílias: número de grupos de compras e pedidos atendidos; volume e valor médio dos pedidos e percentual de economia obtido, em relação aos preços dos equipamentos convencionais de mercado. Paralelamente, recorreu-se a consultas e entrevistas junto ao corpo técnico e administrativo do Programa, de modo a contemplar, na análise, situações e fatos sem registro formal e as definições mais recentes das perspectivas do Programa.

Entretanto, há que se destacar algumas limitações decorrentes da precariedade e da falta de informações. A inexistên-

cia de cadastramento dos participantes e o não-registro mensal das famílias que efetivamente compram no Programa impediram, por um lado, uma caracterização sócio-econômica da clientela e, por outro, a verificação do grau de freqüência das famílias. As informações do processo de interiorização estão disponíveis apenas para o período recente.

Quanto à investigação da participação dos grupos e seus níveis de organização, utilizou-se a técnica de entrevista livre, à medida que esta possibilita a expressão dos entrevistados e amplia o discurso, que passa a incluir não só pontos e opiniões delimitadas, como projetos, impressões, interesses e reticências.

Inicialmente, com a pretensão de se obterem informações preliminares sobre a história do Programa, constituição dos grupos e seu nível de participação e organização, realizaram-se entrevistas com a direção, coordenação e técnicos do Programa.

O roteiro das entrevistas compreendeu as seguintes questões:

- a) início do Programa e seus objetivos;
- b) fases ou etapas por que passou;
- c) base de financiamento;
- d) população-alvo, grupos e associações envolvidas;
- e) relação com associações e outras instituições;
- f) corpo técnico;
- g) base física;
- h) dificuldades enfrentadas;
- i) mudanças significativas ao nível institucional, financeiro, técnico, administrativo;
- j) situação atual e perspectivas de expansão.

Para selecionar os grupos a serem entrevistados, definiu-se, juntamente com os técnicos do Programa, uma tipificação com base na constituição dos grupos, tempo de inserção no Programa e regularidade desse envolvimento. Distinguiram-se, assim, aqueles grupos originados de alguma forma associativa (associações de moradores, de produtores rurais, de funcionários), de instituições filantrópicas ou de prestação de serviços à população carente (creches, clubes de mães, centros sociais, associações beneficentes), e os constituídos com a finalidade exclusiva de participar do Programa (grupos informais de compras). Além disso, foi possível separar os grupos envolvidos na implantação do Programa daqueles cujo envolvimento é recente, e dos cujo envolvimento foi interrompido ou se dá de forma intermitente.

Com base nesses critérios, selecionaram-se alguns grupos representativos dessa diversidade para serem entrevistados:

- a) Associação de Produtores de Hortigranjeiros do Litoral do Paraná - PROHORTA - surgiu a partir da necessidade de se melhorarem as condições de comercialização dos produtores do Litoral Paranaense. Atualmente, integra a Federação de Associações de Produtores Rurais do Paraná, participa de programas sociais na área de alimentação, através do fornecimento de seus produtos ao Mercado Popular, bem como propicia a seus associados o acesso aos produtos do PCC. Estes são comercializados, com os preços fixados pelo Programa, através do minimercado que a Associação mantém, beneficiando também os moradores de baixa renda da cidade de Morretes (bóias-frias, diaristas, biscateiros, etc.);

- b) Associação de Moradores do Jardim Vitória - formada a partir do movimento de invasão do terreno que hoje constitui o bairro. Além das compras comunitárias e do "sopão", a Associação desenvolve outras lutas por água, luz, creche, etc.;
- c) Associação de Moradores de Tomás Coelho e Jardim Alvorada - sua história está ligada à resistência pela manutenção do bairro frente à expansão industrial da região, às condições ambientais e à precariedade de infra-estrutura social; atua junto ao Centro Social Padre Chico;
- d) Associação de Moradores do Conjunto Residencial Parigot de Souza - desenvolve várias atividades em outros setores, além do de abastecimento. Destaca-se pela grande mobilização junto aos problemas do conjunto habitacional;
- e) Associação de Moradores da Vila Guaíra - surgiu a partir de trabalho desenvolvido pelo Departamento de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Curitiba. Seu grupo de compras, embora antigo participante do Programa, apresenta dificuldades no desempenho das atividades operacionais e no controle sobre as famílias beneficiárias;
- f) Associação de Moradores de Cachoeira de São Jorge - congrega 14 grupos de compras, desenvolvendo várias atividades com alto grau de organização. Envolve-se, atualmente, com problemas de transporte coletivo, segurança e saúde pública no Município de Almirante Tamandaré;

- g) Grupo de Compras do Parque São Jorge - ligado à Associação de Moradores de Cachoeira de São Jorge;
- h) Grupo de Compras Nossa Senhora da Luz - constituído por poucas famílias, cujo objetivo é exclusivamente a compra em conjunto, não desenvolvendo outras atividades comunitárias;
- i) Associação de Abastecimento da Roseira de São José dos Pinhais - grupo ligado à Associação Central de Compras Comunitárias - ACCC -, com assessoria da Associação Difusora de Treinamento e Projetos Pedagógicos - ADITEPP;
- j) Prefeitura Municipal de Colombo - a organização de grupos de compras em Colombo iniciou-se através dos Centros Sociais do Município (São Gabriel, Atuba, Rocha Grande e Guaraituba), atendendo à população que freqüentava esses equipamentos.

Paralelamente, contataram-se, também, instituições envolvidas na concepção e implantação do Programa para captar os princípios que orientaram seu desenvolvimento inicial:

- a) Centro Comunitário de Manutenção - CECOMA - associação que participa do Programa desde seu início, com larga experiência na área de abastecimento, reunindo, atualmente, 14 grupos de compras;
- b) Associação Difusora de Treinamento e Projetos Pedagógicos - ADITEPP - escritório de assessoria aos movimentos populares, que manteve vínculos com o Programa em sua criação, desligando-se posteriormente por divergências quanto às formas de relação do Programa com o movimento social e à concepção da ligação entre movimento social e Estado;

- c) Associação Central de Compras Comunitárias - ACCC - entidade criada a partir de cinco associações de abastecimento que participaram da implantação do PCC, mas que se tornou autônoma. Atualmente, sua relação com o Programa é apenas para aquisição ocasional de produtos, enquanto um dos possíveis fornecedores. A ACCC atende, hoje, a nove associações de abastecimento, contando com auxílio financeiro de entidade ecumênica internacional (MISEREOR).

O roteiro de entrevistas procurou destacar elementos que pudessem revelar a ligação dos grupos e associações com o Programa; sua importância no acesso à alimentação; na organização e participação social; na operação e dificuldades no desempenho das tarefas, na sua interferência nos rumos do Programa, e, finalmente, na relação estabelecida entre associações e grupos e o aparelho do Estado, no que se refere às suas reivindicações e negociações para obtenção de melhores serviços públicos, inclusive abastecimento.

Os principais temas escolhidos para entrevistas foram:

- a) histórico da Associação e outras frentes de participação com:
- i) outras associações;
 - ii) sindicatos;
 - iii) partidos políticos;
 - iv) Estado;
 - v) Programa.
- b) introdução do Programa de Compras Comunitárias;
- c) importância do Programa para as famílias;
- d) importância do Programa para a associação;

- e) operacionalização do Programa por associação e grupos;
- f) níveis de participação social, na associação ou grupos, no Programa e em outras associações;
- g) pré-requisitos para participação no Programa;
- h) problemas ou dificuldades do Programa;
- i) alternativas de compras e outras experiências com abastecimento;
- j) participação e controle em outros programas;
- l) condições de vida da população, no referente:
 - i) à migração;
 - ii) ao emprego;
 - iii) ao salário;
 - iv) a habitação, saneamento e outros serviços básicos.

Após a realização das entrevistas, estas foram organizadas por temas e, posteriormente, tabuladas, segundo os seguintes itens:

- a) histórico das associações e introdução do Programa;
- b) relações com outras associações, grupos, partidos, sindicatos;
- c) relações com o Estado através do Programa e outras formas de organização social e política;
- d) operacionalização do Programa - estratégias e dificuldades;
- e) Acesso às informações do Programa.

Cabe salientar que os procedimentos utilizados para a abordagem da participação dos grupos no Programa inseriam-se na perspectiva da realização de uma "avaliação participante", que

não chegou a ser concluída.* Nesse sentido, as entrevistas realizadas tiveram um caráter apenas exploratório.

Observa-se, ainda, que não foram contempladas na análise todas as questões sugeridas no roteiro: informações relativas às condições de vida da população, cujo aprofundamento só seria possível com a disponibilidade do perfil sócio-econômico dos participantes, que inexistente. Mesmo assim, e apesar da generalidade dessas informações, foi possível levantarem-se hipóteses acerca da relação entre a inserção das famílias no Programa e sua vinculação ao mercado de trabalho. Por fim, cabe lembrar que a escolha do coordenador enquanto interlocutor do grupo para entrevistas, teve conseqüências como a precariedade de algumas informações.

*Essa avaliação não foi realizada pela interrupção da consultoria prestada pelo sociólogo Paulo Rogério Esmanhotto.

2 O PROGRAMA DE COMPRAS COMUNITÁRIAS

Este item pretende, resumidamente, apresentar o modelo que norteou a criação e implantação do PCC - recuperado e sistematizado a partir de documentos e relatórios do período inicial -, servindo como parâmetro à análise da evolução do Programa.

2.1 OBJETIVOS E METAS ORIGINAIS

O Programa teve como objetivo geral organizar as populações de baixa renda, moradoras dos bairros de periferia, em torno de associações comunitárias, visando a sua participação em grupos para aquisição de alimentos básicos a custos reduzidos.⁹ Especificamente, tratou-se de:

- a) assegurar a organização de comunidades nos bairros da periferia, propiciando condições iniciais para o fortalecimento das formas associativas;
- b) dar uma orientação pedagógica às comunidades, garantindo o aperfeiçoamento dos níveis de organização e sua conscientização;
- c) implantar a compra comunitária, incentivando a participação dos consumidores de baixa renda no processo de aquisição de alimentos a custos reduzidos.
- d) aumentar o exercício da função fiscalizadora de pre-

⁹SEMINÁRIO NACIONAL DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR EM GRANDES CIDADES: A EXPERIÊNCIA DE SÃO PAULO. São Paulo, 15-19 out. 1984. Anais. São Paulo, 1984. p.286.

ços e qualidade dos alimentos por parte da população; e) incrementar a intermediação e regulação da compra pelo Estado, através de seus órgãos e instituições específicas.

Definiu-se que o público a ser atendido prioritariamente pelo Programa seria constituído pelas famílias com renda familiar inferior a dois salários mínimos.

Em termos de cobertura espacial e conseqüente expansão, o Programa pretendia atender à área correspondente ao PRORURAL, priorizando Curitiba:

- a) Curitiba, com abrangência sobre a Região Metropolitana de Curitiba e microrregiões de Alto Rio Negro Paranaense e Campos da Lapa, visando a um atendimento de 150 comunidades;
- b) Paranaguá, com abrangência sobre o Litoral Paranaense, para atender 50 comunidades;
- c) Ponta Grossa, com abrangência sobre as microrregiões de Campos de Ponta Grossa, Campos de Jaguariaíva e Colonial de Irati, para atender 50 comunidades;
- d) União da Vitória, com abrangência sobre as microrregiões de São Mateus do Sul e Médio Iguaçu, para atender 50 comunidades.

Selecionaram-se 14 produtos que seriam ofertados inicialmente à população-alvo do Programa e constituíram sua cesta básica mínima: arroz, feijão, óleo, açúcar, banha, farinha de trigo comum, farinha de trigo especial, farinha de mandioca, leite em pó, sal, ovos, laranja, banana e suco. Sua aquisição seria realizada junto a produtores; cooperativas, comerciantes, atacadistas e indústrias.

2.2 AÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DO PCC

No que diz respeito a implantação e operacionalização do PCC, fez-se necessário definir ações que pudessem assegurar minimamente os objetivos propostos.¹⁰ Desse modo, delimitaram-se três campos de intervenção para o melhor alcance e efetividade do PCC, nos quais as ações se inserem.

Ações necessárias para garantir a implantação da compra comunitária:

- a) criação de um fundo especial para fornecimento de recursos que assegurem o início das aquisições pelas comunidades integradas;
- b) distribuição de material didático orientador da funcionalidade do Programa nas comunidades cadastradas;
- c) realização periódica de pesquisa de preços no mercado atacadista e varejista;
- d) fornecimento de listas de preços dos itens incluídos na compra comunitária junto ao rol de pedido individual;
- e) acompanhamento e orientação na elaboração do pedido da comunidade;
- f) aquisição das quantidades solicitadas nos fornecedores que oferecerem menor preço de mercado;
- g) acompanhamento na entrega dos pedidos às comunidades e orientação na distribuição dos pedidos individuais;
- h) cobrança à comunidade e ressarcimento ao fundo especial.

¹⁰ PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura. Projeto: compras comunitárias... p.10.

Ações para assegurar a organização da comunidade nos bairros periféricos:

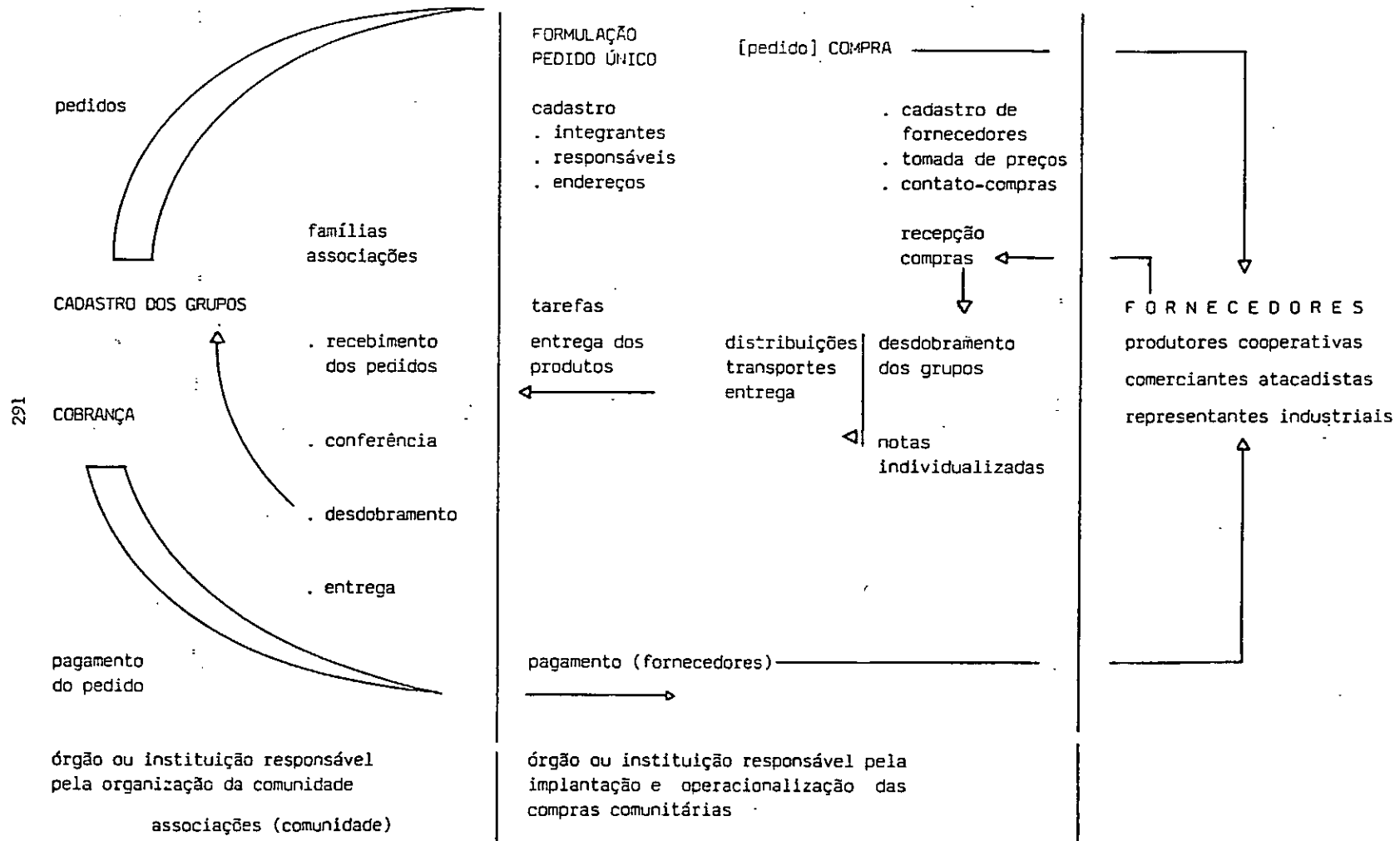
- a) explanação geral sobre o projeto;
- b) organização de visitas às comunidades, oferecendo cursos, seminários, encontros e treinamentos;
- b) realização de estudos e debates sobre a problemática da alimentação, consumo e distribuição de alimentos;
- d) implementação de pesquisas sobre sistemas de abastecimento, preços de alimentos, formas de intermediação, sistema de comercialização, custo de vida e inflação;
- e) orientação pedagógica sobre a participação no Programa;
- f) cadastramento das comunidades participantes e famílias integrantes;
- g) auxílio na organização da comissão da comunidade, encarregada da operacionalização local da compra comunitária.

Ações para aumentar a fiscalização de preços e qualidade por parte da comunidade:

- a) pesquisa periódica de preço, nos pequenos e grandes varejos, pela comissão da comunidade;
- b) avaliação periódica dos preços praticados nos equipamentos varejistas e daqueles fornecidos pela compra comunitária;
- c) orientação no aproveitamento e conservação de frutas e hortaliças em época de safra.

A interação dessas ações pode ser melhor visualizada no fluxograma do PCC. Todavia, há que se ressaltar o fato de algumas não terem sido implementadas e outras, passado por rede-

FLUXOGRAMA DE ATIVIDADES DO PROGRAMA DE COMPRAS COMUNITÁRIAS



finições que repercutiram, em boa medida, na alteração de características e, inclusive, no redirecionamento de pressupostos iniciais do PCC.

Essa dinâmica do Programa, dada pelo reconhecimento e enfrentamento das suas debilidades, constituirá os capítulos a seguir.

2.3 DIFERENTES FASES DE FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA

O Programa de Compras Comunitárias, nesses três anos, apresentou características diferenciadas em seu funcionamento. Portanto, para melhor compreensão das oscilações existentes, optou-se pela divisão em fases que captassem as diferenças ocorridas nesse período.

A primeira fase, a mais longa, desenvolveu-se de outubro/83 a julho/85, compreendendo um estágio experimental de outubro/83 a outubro/84. Essa fase ficou caracterizada como o período em que o Programa teve seu crescimento comprometido pela escassez de recursos financeiros. Este fato, além de prejudicar a formação de estoques de produtos, impediu a formação de uma estrutura básica de funcionamento, necessária ao bom desempenho do Programa.

A segunda fase, que se estendeu de julho/85 a janeiro/86, caracterizou-se pela obtenção de recursos financeiros junto ao BNDES/FINSOCIAL para aquisição e formação de estoques dos produtos comercializados pelo Programa. Contou também com a participação da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná - CAFE do Paraná -, empresa de economia mista, responsável pela administração e gerenciamento desses recursos.

A terceira fase iniciou-se em fevereiro/86 e vem se de-

desenvolvendo até o presente momento. Observaram-se, nesse período, sensíveis transformações na condução e operacionalização do Programa, à medida que a CEASA ampliou a infra-estrutura de apoio e iniciou um processo de racionalização das atividades institucionais.

2.3.1 Primeira Fase

Experimental

Em Curitiba, a primeira experiência de compras comunitárias com a participação institucional (CEASA) ocorreu em agosto de 1983. Esta, que originou o atual Programa, foi denominada "Alimento Barato", desenvolvendo-se junto a comunidades do bairro Pinheirinho. Vários foram os problemas enfrentados, como, por exemplo, as alterações de preços, que ocorriam constantemente, a inexistência de recursos financeiros para estoque, como também improvisações na infra-estrutura, tanto física como de pessoal. A essas questões aliava-se a falta de experiência da CEASA e da comunidade para desencadear um funcionamento satisfatório do Programa.

Nesse mesmo ano, em outubro, essa experiência é retomada com o nome de "Compras Solidárias". O Programa continuou com apoio institucional da CEASA e contou com a incorporação da ADITEPP, cuja incumbência seria organizar e assessorar as comunidades. A orientação que prevalecia nesse período era de que cabia ao Estado apoiar o esforço dos grupos para a auto-suficiência na aquisição de sua cesta básica. Nesse sentido, o projeto inicial do Programa previa o apoio institucional temporário (dois anos) e tinha como perspectiva a constituição de uma cooperativa de consumo.

Em dezembro de 1983, organizaram-se os primeiros grupos de compras a partir de algumas comunidades em que a ADITEPP realizava trabalho de educação popular. Estas, após discutirem questões relacionadas ao abastecimento de gêneros básicos, demonstraram interesse em se organizarem para realizar compras conjuntas. Além disso, o Programa atendia também grupos ligados a CECOMA.

A orientação era de que os grupos deveriam ser constituídos com número limitado de famílias, 9 a 21, para facilitar a divisão e operacionalização do trabalho, o processo educacional (desenvolvimento de palestras, reuniões de avaliação, etc.) e o controle sobre os integrantes dos grupos, de acordo com os critérios de participação. Porém, observou-se, na prática que essa orientação não era seguida à risca.

Ainda nesse período, iniciou-se o processo de transformação dos grupos informais em associações de abastecimento, que posteriormente constituiriam a Associação Central de Compras Comunitárias - ACCC. Esse processo implicou a formalização dos grupos em entidades civis, sem fins lucrativos, com os seguintes objetivos em seu estatuto social:¹¹

- a) reduzir o alto gasto dos associados na aquisição de gêneros de consumo doméstico;
- b) Integrar-se, com as demais associações de sua modalidade, para formar uma Associação Central de Compras Comunitárias com a finalidade de organizar, em comum e em maior escala, os serviços econômicos das filiadas;

¹¹ASSOCIAÇÃO DE ABASTECIMENTO COMUNITÁRIO DO JARDIM SANTOS ANDRADE. Estatuto social. Curitiba, 1984, 18f. mimeografado.

- c) obter produtos de boa qualidade da ACCC e repassá-los a seus associados pelo preço recebido;
- d) criar oportunidades para que os associados participem ativamente do sistema de abastecimento de artigos de primeira necessidade, através da realização de cursos, encontros, reuniões com governantes, comerciantes, atacadistas e produtores, para discutir problemas de comercialização;
- e) trocar experiências com pessoas, grupos e associações com atividades semelhantes;
- f) pesquisar, periodicamente, preços nos mercados locais;
- g) atuar de forma reguladora no mercado de bens de consumo doméstico.

Para se integrarem à associação de abastecimento, as famílias teriam de preencher alguns requisitos definidos no estatuto,¹² quais sejam:

- a) renda familiar de até um salário mínimo per capita;
- b) não exercer nenhuma atividade comercial;
- c) ter rendimento fixo ou relativamente fixo;
- d) ser morador do bairro.

A administração das associações caberia a uma direção composta por associados eleitos em assembléia geral, para um mandato de um ano, com a possibilidade de reeleição.

O trabalho de organização das famílias privilegiava a constituição de grupos com a finalidade específica de realizar compras, relegando a segundo plano o contato com outras formas de organização já desenvolvidas pela comunidade. Essa orienta-

¹²ASSOCIAÇÃO DE ABASTECIMENTO...

ção relacionava-se ao pressuposto de que nem todos os associados de associações de bairros preenchiam os pré-requisitos do Programa, já que muitos têm renda acima do requerido e outros são comerciantes. Por outro lado, ainda conforme a ADITEPP, as associações de bairro têm objetivos como: água, luz, asfaltamento, etc., constituindo um foro para resolução de problemas pontuais.

As atividades institucionais de operacionalização e organização dos grupos acabavam se confundindo, à medida que uma única equipe se encarregava de ambas. Assim, a equipe técnica era responsável pela preparação das famílias para participarem do Programa; tomada de preços e aquisição junto a atacadistas, produtores e indústrias; pesquisa de preços junto a estabelecimentos varejistas de gêneros alimentícios (supermercados e armazéns); conferência de pedidos das comunidades; emissão de notas fiscais; pelo controle de estoque e, até, pelo auxílio na descarga, distribuição e parcelamento das compras para a comunidade.

As famílias faziam o pagamento na entrega do produto, uma vez que não havia disponibilidade de recursos para capital de giro. De modo bastante precário e utilizando meios informais, a CEASA tentou criar um fundo de capital com o objetivo de comprar produtos a preços mais vantajosos e amenizar a dependência do Programa quanto ao pagamento na contra-entrega pelas famílias.

Nesse primeiro ano de andamento do Programa, persistiram as dificuldades já registradas na experiência piloto "Alimento Barato", quais sejam: improvisações na infra-estrutura física e de pessoal, falta de recursos para realizar compras em gran-

des volumes e manter estoques e dificuldades na manutenção dos preços, em função das altas taxas inflacionárias.

As alterações de preços entre o momento da pesquisa e de aquisição dos produtos comprometia a realização das compras pelas famílias, à medida que acarretava acréscimo no valor de seu pedido.

Embora debilitado por esses problemas, pode-se dizer que o Programa nessa fase experimental teve um crescimento satisfatório, garantindo sua continuidade. Mesmo com a inexistência de uma série de dados estatísticos, algumas informações disponíveis nesse período mostram que foram atendidas (duas vezes ao mês), dez comunidades carentes, com média de 25 a 30 famílias.¹³

Outro fator importante que comprovou a continuidade do Programa foi a economia atingida nessa fase, pois mesmo com improvisações da equipe técnica do Programa na parte infra-estrutural e financeira, houve um ganho variável na aquisição dos produtos, face aos preços dos supermercados: entre 17,0% e 20,4% nos meses de março e abril e 19,4% e 21,2% em agosto e setembro de 1984, respectivamente (tabela 1). Cabe observar que nos meses de maio, junho e julho não foram realizadas pesquisas de preços.

Em função das debilidades apresentadas pelo Programa nessa fase experimental, aliadas ao fato de se ter alcançado sucesso no cumprimento de seus objetivos, colocou-se como necessária ao desenvolvimento do Programa a criação de uma base institucional.

¹³ SEMINÁRIO NACIONAL DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR EM GRANDES CIDADES: A Experiência de São Paulo. p.294

TABELA 1 - NÚMERO DE PEDIDOS, VOLUME, VALOR E ECONOMIA GERAL DO PROGRAMA DE COMPRAS COMUNITÁRIAS, EM CURITIBA - 1984

MÊS	NÚMERO DE PEDIDOS	VOLUME DE PRODUTOS (kg)	VALOR (Cz\$)*	ECONOMIA GERAL (%)
Março	96	3 735	20 998,35	17,00
Abril	90	4 034	22 402,06	20,40
Maió	195	6 475	37 897,08	-
Junho	275	5 516	37 312,61	-
Julho	211	7 025	42 320,42	-
Agosto	252	9 667	62 800,61	19,36
Setembro	135	5 154	32 727,00	21,17

FONTE: CEASA

*A preços de dez./86. Estes valores foram corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor - grupo alimentação no domicílio, calculado pelo IPARDES

Formação da Associação Central de Compras Comunitárias

Dada a impossibilidade de a CEASA, conforme seu estatuto, realizar compra e venda (até então, utilizava-se do CGC de outras entidades, como CECOMA e ADITEPP), e com o objetivo de organizar e centralizar as compras para as associações de abastecimento, foi constituída, em outubro de 1984, a Associação Central de Compras Comunitárias, composta inicialmente por cinco associações de abastecimento já existentes (quadro 1).

QUADRO 1 - ASSOCIAÇÕES DE ABASTECIMENTO COMUNITÁRIO FUNDADORAS DA ASSOCIAÇÃO CENTRAL DE COMPRAS COMUNITÁRIAS, EM CURITIBA - 1984

ASSOCIAÇÃO	SÓCIOS FUNDADORES	PESSOAS ATENDIDAS	RENDA PER CAPITA FAMILIAR (Cr\$)*
Jardim Santos Andrade	9	39	43 119,98
Roseira	13	64	39 042,94
Vila Alto Tarumã	19	94	46 027,00
Vila Ipiranga	11	36	55 553,67
Vila Perneta	10	47	64 672,74

FONTE: IPARDES

OBS.: Constatou-se junto às Associações criadas em 29.09.84 que, no máximo, três membros da família executam trabalhos que conformam a renda média familiar

*Valores nominais de set./84; salário mínimo em setembro de 1984; Cr\$ 97 176,00

Com isso, caminha-se no sentido da autogestão dos grupos de compra, delimitando-se a participação do Estado na atividade de apoio à estruturação dessa experiência, em termos de infraestrutura física e de pessoal. Assim, a ACCC passaria a ser responsável, tanto pelas tarefas de organização dos grupos, quanto de aquisição dos alimentos.

No referente aos recursos iniciais para capital de giro, em outubro de 1984, a CEASA colocou à disposição da Associação Cr\$ 3 000 000,00 correntes. Vale observar que esta verba era insuficiente para atender os grupos participantes, não permitindo, inclusive, uma política de crescimento do número de famílias.

No tocante à pauta de produtos do Programa, verifica-se que estes foram agregados à medida que os grupos reivindicavam a complementação da cesta básica e de acordo com a possibilidade de atendimento por parte do Programa (quadro 2).

Por outro lado, observa-se, também nesse período, um crescimento no número de grupos participantes, inclusive na média de famílias por grupo, que ficou em torno de 50.

Com o incremento no número de grupos e famílias atendidas e na pauta de produtos ofertados e persistindo as dificuldades de funcionamento do Programa - falta de recursos para aquisição e formação de estoques e infraestrutura precária -, observou-se uma queda na sua capacidade de atendimento que, a partir de março de 1985, se refletiu na diminuição significativa do número de grupos.

Ao se considerar o item referente ao volume médio adquirido pelas famílias (tabela 2), verificam-se constantes oscilações, relacionadas à queda do poder aquisitivo dos salários diante da escalada inflacionária: ou seja, nos meses de reajus-

QUADRO 2 - PRODUTOS DISPONÍVEIS NO PROGRAMA DE COMPRAS COMUNITÁRIAS,
APÓS A CONSTITUIÇÃO DA ACCC, EM CURITIBA - 1984

PRODUTO BÁSICO	UNIDADE DE AQUISIÇÃO
Arroz Agulhina Branco*	5 kg
Arroz Amarelo	5 kg
Arroz Branco Paraná*	5 kg
Açúcar	5 kg
Açúcar Diana	5 kg
Café Damasco/Diana	kg
Feijão Preto*	kg
Feijão Carioca	kg
Fubá Amarelo	kg
Farinha de Milho Amarela	kg
Farinha de Milho Branca	kg
Farinha de Mandioca	kg
Farinha de Trigo Especial	5 kg
Farinha de Trigo Comum*	5 kg
Leite em Pó (Kambi)	400 g
Sal	kg
Óleo de Soja - Lata	900 ml
Ovos Pequenos Tipo 1	dz
Alho Miúdo Nacional	kg
Alho Graúdo Nacional*	kg
Banana Caturra*	kg
Batata Graúda	kg
Batata Miúda	kg
Cebola	kg
Laranja	5 kg
Banha	kg
Suan*	kg
Pé Suíno	kg
Frango*	kg
Macarrão	kg
Macarrão em Retalho	5 kg
Mel*	kg
Quirera Amarela	kg
Mate Real	200 g
Margarina	500 g
Massa de Tomate	370 g
Sardinha	150 g
Fermento de Pão	100 g
Costela Salgada	kg
Sabão	kg
Orelha Salgada	kg
Toucinho Salgado**	kg
Courinho Salgado	kg
Pé Salgado	kg
Barriga sem Costela Salgada**	kg

FONTE: CEASA

*Alguns produtos, como os assinalados, podem deixar de fazer parte da lista face à dificuldade de frigorificação (frango), à sazonalidade (feijão carioca) ou ainda a questões de preços (banana, mel, alho graúdo)

**Produtos com características comuns, como barriga sem costela e toucinho, aparecem alternativamente, dependendo de disponibilidade e preço

tes do salário mínimo (maio e novembro), registra-se incremento no volume adquirido, com posterior queda no semestre; a exceção foi junho de 1985, quando o volume médio atingiu 61,8 kg. Esse fato pode estar relacionado à certa precaução por parte das famílias quanto aos rumos do Programa, bem como à utilização de parcela do reajuste do salário do mês anterior para o estoque de produtos alimentícios. Ainda conforme a tabela 2, tem-se que a economia propiciada às famílias, no período de outubro a dezembro/84, variou de 18% a 28%. Para os meses subsequentes, não foram realizadas pesquisas de preços nos equipamentos varejistas, devido em parte, à falta de pessoal para realizar essa tarefa.

TABELA 2 - NÚMERO DE GRUPOS PARTICIPANTES E DE PEDIDOS, VOLUME, VALOR TOTAL E MÉDIO E ECONOMIA GERAL, DO PROGRAMA DE COMPRAS COMUNITÁRIAS, EM CURITIBA - 1984-85

ANO MÊS	NÚMERO DE GRUPOS PAR- TICIPANTES	NÚMERO DE PEDIDOS	VOLUME DE PRODUTOS (kg)	VALOR (Cz\$)*	VOLUME MÉDIO (kg)	VALOR MÉDIO (Cz\$)	ECONOMIA GERAL (%)
1984							
Outubro	5	180	8 100	42 142,09	45,0	234,16	21,51
Novembro	8	270	8 777	48 071,25	32,5	178,04	27,88
Dezembro	14	333	14 828	91 800,24	44,5	275,68	18,00
1985							
Janeiro	18	216	9 152	59 560,07	42,4	275,74	-
Fevereiro	18	133	5 255	35 752,16	39,5	268,81	-
Março	12	52	1 778	14 846,92	34,2	285,52	-
Abril	7	30	656	9 623,88	21,9	320,80	-
Maio	6	38	1 322	10 095,95	34,8	265,68	-
Junho	6	38	2 347	16 405,69	61,8	431,73	-

FONTE: CEASA

*A preços de dez./86. Estes valores foram corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor - grupo alimentação no domicílio, calculado pelo IPARDES

Em fevereiro de 1985, a ACCC afasta-se do Programa, devido a divergências sobre sua condução. Este adquire nova orientação, que marcará seu desenvolvimento posterior, caracterizada fundamentalmente pela compreensão - quer da equipe técnica, quer da diretoria executiva da CEASA - de que cabe ao Estado resol-

ver a problemática do abastecimento alimentar. Nesse sentido, a CEASA procurou se estruturar para conduzir o Programa.

Após o rompimento, a ACCC continuou a desenvolver suas atividades, assessorada pela ADITEPP e recebendo recursos de entidades ecumênicas internacionais, reunindo atualmente nove associações de abastecimento. Hoje, a relação da ACCC com o Programa é basicamente comercial, à medida que se vale dos estoques do Programa como um dos canais de abastecimento.

Apesar de ter sido constituída para melhorar o desempenho do Programa, a ACCC pouco contribuiu, à medida que não superou os problemas derivados da falta de pessoal, material e recursos financeiros.

Apesar de o Programa ter propiciado economias significativas em suas operações de compra, reduzindo os gastos com alimentação das famílias participantes, há que se destacar que, durante todo o período, teve seu crescimento comprometido pela escassez de recursos financeiros. Assim, não foi possível criar-se infra-estrutura básica ao funcionamento do Programa, com conseqüências sobre a agilidade e eficiência no desempenho das tarefas operacionais e de assessoria aos grupos, implicando uma sobrecarga de trabalho ao pessoal de apoio e improvisação dessas atividades.

Por outro lado, a falta de recursos para capital de giro e formação de estoques tornava o Programa dependente dos pagamentos das famílias para a aquisição dos produtos e impedia a definição de uma estratégia de ampliação do atendimento a novos grupos, perdendo-se, assim, os benefícios de ganhos de escala.

O equacionamento dessas questões constitui a principal

preocupação do Programa, no sentido de garantir sua continuidade e expansão, bem como assegurar a credibilidade junto às famílias, o que caracterizará seu desenvolvimento posterior.

2.3.2 Segunda Fase

A partir do início do segundo semestre de 1985, o Programa de Compras Comunitárias recebeu Cr\$ 2,5 bilhões correntes repassados pelo BNDES/FINSOCIAL para a ampliação do atendimento, fixado em 15 000 famílias. Esses recursos foram destinados à criação de um Fundo Rotativo, cuja finalidade era formar estoques dos produtos ofertados à comunidade.

A CEASA, estatutariamente impossibilitada de administrar esse fundo e realizar compra e venda dos produtos, recebeu apoio da CAFE do Paraná,* única empresa do Sistema Estadual de Agricultura que apresentava condições de realizar esse tipo de operação comercial. Uma de suas vantagens era a possibilidade de manter estoque regulador com aquisição direta dos produtores, por ser credenciada pela Companhia de Financiamento da Produção - CFP -, podendo, inclusive, atuar na Bolsa de Mercadorias do Paraná.

Nessa fase, o Programa teve um crescimento significativo no número de grupos atendidos, passando facilmente dos 11 grupos iniciais para 77 (tabela 3). Observou-se, também, uma expansão interna aos grupos, que passaram a contar com uma média de 28 famílias. Conforme depoimento da equipe, o crescimento de famílias por grupos é ainda maior entre aqueles mais antigos,

*A CAFE do Paraná tem como objetivo prover o agricultor de sementes, outros insumos e serviços de mecanização a preços acessíveis, suprimindo as necessidades e regulando o mercado.

refletindo a credibilidade do Programa e garantindo sua maior abrangência.

TABELA 3 - NÚMERO DE GRUPOS PARTICIPANTES E DE PEDIDOS, VOLUME E VALOR TOTAL E MÉDIO, DO PROGRAMA DE COMPRAS COMUNITÁRIAS, EM CURITIBA - 1985-86

ANO MÊS	NÚMERO DE GRUPOS PAR- TICIPANTES	NÚMERO DE PEDIDOS	VOLUME DE PRODUTOS (Kg)	VALOR (Cz\$)*	VOLUME MÉDIO (Kg)	VALOR MÉDIO (Cz\$)
1985						
Julho	11	256	6 105	50 479,40	23,8	197,19
Agosto	18	760	20 492	130 221,62	27,0	171,34
Setembro	26	1 066	32 541	202 070,94	30,5	189,56
Outubro	67	2 838	80 812	477 128,86	28,5	168,12
Novembro	77	3 638	95 393	541 898,75	26,2	148,96
Dezembro	77	2 851	93 847	537 081,59	32,9	188,38
1986						
Janeiro	77	5 491	175 935	876 499,39	32,0	159,62

FONTE: CEASA

*A preços de dez./86. Estes valores foram corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor - grupo alimentação no domicílio, calculado pelo IPARDES

Com relação aos produtos comprados pela comunidade, o Programa, que no início dessa fase comercializava apenas 6 t/mês, passa a movimentar, após sete meses de utilização dos recursos do BNDES, em torno de 176 t/mês. Com esse acréscimo significativo, a pauta de produtos sofre algumas alterações, fornecendo-se preferencialmente produtos não-perecíveis e previamente empacotados, facilitando o armazenamento, manipulação e distribuição. Nesse sentido, os produtos como ovos, laranja, alho, banana, cebola, suam, pé de suíno, frango, mel, quirera amarela, toucinho e pé salgado foram suprimidos da pauta ofertada às famílias na fase anterior. Convém ressaltar ainda que, a pedido das famílias, alguns produtos foram agregados, como o papel higiênico, que nesse período passa a ser comercializado pelo Programa.

Merece destaque o fato de não se registrar, nessa fase, tendência à queda do volume médio dos produtos adquiridos entre

os meses de reajuste dos salários (maio e novembro), como na anterior. Essa situação relaciona-se, por um lado, à retomada do processo de recuperação da economia, com reflexos sobre nível de emprego e incremento na massa salarial, e, por outro, de forma mais significativa ao início do processo de seleção de clientela. Ou seja, em função das alterações ocorridas no Programa, exige-se das famílias uma programação de compras determinada, principalmente, pelas características de seus rendimentos.

No tocante aos preços dos produtos, ao se compararem os gastos das famílias junto ao Programa com o que seria desembolsado no supermercado, observa-se, para o período analisado, uma economia real em torno de 26%, que, em termos absolutos, representa Cz\$ 984 500,19 (tabela 4). Convém ressaltar que esse percentual, relativamente alto, é resultado da existência de estoques de café, produto que no início de 1985 sofreu uma majoração em torno de 116%. Vale dizer que, em janeiro, o Programa apresentou um percentual médio de economia para as famílias de 35,58%.

TABELA 4 - COMPARATIVO DOS GASTOS MENSAIS DA COMPRA NOS SUPERMERCADOS E NO PROGRAMA DE COMPRAS COMUNITÁRIAS, EM CURITIBA - 1985-86
(Em Cz\$ a. Preços de Dez./86*)

MÊS	COMPRA		ECONOMIA	
	Supermercado Quant. X Preço Médio	Programa Quant. X Preço	Abs.	%
Julho	62 048,87	50 479,45	11 569,42	18,65
Agosto	160 034,31	130 221,92	29 812,39	18,63
Setembro	247 969,14	202 070,94	45 898,20	18,51
Outubro	578 209,97	477 128,86	101 081,11	17,48
Novembro	703 072,75	541 898,75	161 174,00	22,92
Dezembro	687 888,66	537 081,59	150 807,07	21,92
Janeiro	1 360 657,30	876 499,39	484 158,00	35,58
TOTAL	3 799 880,80	2 815 380,70	984 500,19	25,91

FONTE: CEASA

*Estes valores foram corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor - grupo alimentação no domicílio, calculado pelo IPARDES

Em relação às atividades básicas de funcionamento do Programa, pode-se dizer que houve um avanço no seu desenvolvimento, embora persistam algumas dificuldades passíveis de serem resolvidas à medida que se acumula experiência, tais como:

- a) erros de soma no preenchimento das listas individuais e na somatória geral do pedido; problema mais comum entre os grupos iniciantes, tende a desaparecer com a intensificação dos treinamentos e com o tempo de participação do grupo;
- b) dificuldades no desdobramento dos produtos fornecidos a granel (feijão, batata e carnes salgadas) por falta de balança nas comunidades mais pobres; imprecisão na pesagem ou ainda perda de peso dos produtos (no caso, as carnes salgadas). Este problema é solucionado com o empacotamento dos produtos;
- c) não-correspondência do estoque em relação à demanda, decorrente do crescimento acelerado dos grupos no período, ultrapassando as previsões.

À medida que novos grupos começaram a se integrar ao Programa, forçosamente a infra-estrutura teve de ser ampliada. Com recursos repassados pela Secretaria de Estado da Agricultura, foram adquiridos mais quatro caminhões para entrega dos produtos à comunidade e alguns equipamentos básicos, imprescindíveis para auxiliar os trabalhos desenvolvidos pela equipe do Programa e grupos de compras: veículos para deslocamento da equipe, balanças, equipamentos para escritório, estrados para o armazém, etc. A equipe também foi reforçada, porém insuficientemente.

Todo esse elenco de medidas serviu para acompanhar a

evolução do número de famílias. Vale dizer que, mesmo com o fortalecimento da estrutura interna, ao final dessa fase, o Programa não aceitava a participação de novos grupos, pois sua capacidade de atendimento estava no limite máximo, sendo necessária a ampliação do quadro de pessoal, já que os recursos para aquisição dos produtos eram suficientes. Ao se verificar o demonstrativo financeiro da CAFE do Paraná, observa-se que a totalidade dos produtos comercializados nessa fase foi adquirida com ganhos de aplicações financeiras dos recursos provenientes do BNDES (quadro 3).

QUADRO 3 - DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS DO FINSOCIAL ALOCADOS AO PROGRAMA DE COMPRAS COMUNITÁRIAS, EM CURITIBA - 17.03.86

(Em Cr\$ Correntes)

DATA DISCRIMINAÇÃO	RECEITA	DESPESA
20.05.85 Liberação dos Recursos pelo BNDES	2 500 000 000	-
21.05.85 - 28.02.86 Rendimentos sobre apli- cações financeiras	3 056 829 992	-
SUBTOTAL	5 556 829 992	-
Compras Efetuadas	-	2 664 935 234
Vendas	1 907 701 661	
TOTAL	7 464 531 653	2 664 935 234
28.02.86 Saldo Disponível	4 799 596 419*	

FONTE: CAFE do Paraná

OBS.: Valor de mercadorias transferido para a CEASA/PR, em 07.03.86: Cz\$ 697 379,05

*Valor em espécie transferido para a CEASA/PR, conta nº 0997-092-1-2, em 03.03.86, na Caixa Econômica Federal - Ag. Juvevê, conforme DOC. nº 54088

O fato de se utilizarem apenas os recursos advindos de aplicações financeiras demonstrava a incapacidade de o Programa ampliar o atendimento com a infra-estrutura disponível. Con-

vém ressaltar que novas famílias desejavam ingressar no Programa, mas sua incorporação dependia da liberação de recursos do Tesouro do Estado. A morosidade na liberação desses recursos para adequação e ampliação de uma estrutura capaz de aumentar o número de famílias fez com que a quase totalidade dos grupos de compras se mobilizasse, exigindo a continuidade do Programa, o que reflete o nível da satisfação quanto aos benefícios proporcionados.

2.3.3 Terceira Fase

A partir de fevereiro de 1986, o Programa passou por significativas transformações na sua condução e operacionalização, relacionadas à ampliação da infra-estrutura de apoio e ao início do processo de racionalização das atividades institucionais. Enquanto condição para a efetivação desse processo, a CEASA teve seu estatuto alterado para desenvolver atividades de compra e venda de produtos.

A departamentalização do Programa fez com que fossem definidas áreas com tarefas específicas, visando a uma maior eficiência em sua operacionalização. A divisão comercial, estabelecendo um tratamento empresarial na aquisição dos produtos, possibilitou a formação de estoques, que têm resultado na disponibilidade e menores preços dos produtos. O setor de organização social ficou parcialmente liberado para intensificar suas atividades junto aos grupos e agilizar programas e estudos complementares, como a realização de cursos e conferências sobre orientação alimentar, organização do Segundo Encontro Estadual de Grupos de Compras Comunitárias e, até mesmo, o desenvolvimento da pesquisa sobre o comportamento de consumo da população participante.

Para implantação da divisão comercial no Programa, foi necessário interromper o atendimento às famílias em fevereiro de 1986, para reciclar o quadro de pessoal e reorganizar toda infra-estrutura. Em março de 1986, o Programa recomeça suas atividades registrando uma queda em torno de 50% nos pedidos. Esta situação se alterou nas semanas seguintes e já em abril, o Programa voltou ao seu curso normal, passando a atender 154 grupos com 4 303 famílias (tabela 5).

TABELA 5 - NÚMERO DE GRUPOS PARTICIPANTES E DE FAMÍLIAS, VOLUME E VALOR TOTAL E MÉDIO DO PROGRAMA DE COMPRAS COMUNITÁRIAS, EM CURITIBA - 1986

MÊS	NÚMERO DE GRUPOS PARTICIPANTES	NÚMERO DE FAMÍLIAS*	VOLUME DE PRODUTOS (kg)	VALOR (Cz\$)**	VOLUME MÉDIO (Kg)	VALOR MÉDIO (Cz\$)
Março	77	1 728	172 010	467 049,00	41,7	270,28
Abril	154	4 303	161 983	899 180,00	37,6	208,96
Maió	131	4 515	165 332	962 690,00	36,6	213,22
Junho	125	3 574	153 336	922 910,00	42,9	258,23
Julho	136	3 440	170 489	1 036 683,00	49,6	301,36
Agosto	130	2 744	149 474	897 677,00	54,5	327,14
Setembro	135	3 314	183 775	1 086 707,00	55,4	327,95
Outubro	154	3 881	213 489	1 308 438,00	55,0	337,14
Novembro	146	4 130	225 016	1 406 480,00	54,5	340,55
Dezembro	119	3 304	199 365	1 209 064,00	60,3	365,94

FONTE: CEASA

*Para estimar o número de famílias que efetivamente compram no Programa, aplicou-se sobre o número de pedidos um índice obtido através dos resultados da pesquisa: CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ. Comportamento de consumo da população participante. Curitiba, 1987. p.7

**A preços de dez./86. Estes valores foram corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor - grupo alimentação no domicílio, calculado pelo IPARDES

As mudanças mais sensíveis na pauta de produtos do Programa ocorreram na fase anterior, quando foram retirados os perecíveis de difícil manuseio. Atualmente, têm-se verificado alterações ocasionais, quase sempre atreladas a dois fatores conjunturais básicos: preços elevados e dificuldades no abastecimento de produtos cuja oferta é sazonal ou que estejam em falta no mercado.

Com exceção dos meses de março e abril, quando as famílias retomaram as compras após um mês de paralisação, constatou-se um incremento no volume médio, que foi mantido até agosto; nos meses posteriores, registrou-se certa estabilidade. Duas hipóteses podem explicar esse crescimento: a primeira é a adoção de uma política de estoques que vem sendo agilizada no Programa, permitindo o atendimento integral dos pedidos efetuados pelas famílias; a segunda, conjugada à relativa manutenção do poder de compra dos salários, em função de baixas taxas inflacionárias, relaciona-se ao incremento da massa salarial, ocorrido principalmente no segundo semestre de 1986, conforme informações do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos - DIEESE.

A economia proporcionada pelo Programa, comparativamente aos preços médios dos supermercados, é apresentada na tabela 6. Fica evidenciado que, no período de março a dezembro, a economia real foi de Cz\$ 2 651 239,00, 20,64% em termos percentuais.

TABELA 6 - COMPARATIVO DOS GASTOS MENSAIS DA COMPRA NO SUPERMERCADO E NO PROGRAMA DE COMPRAS COMUNITÁRIAS, EM CURITIBA - 1986
(Em Cz\$ a Preços de Dez./86*)

MÊS	COMPRA		ECONOMIA	
	Supermercado Quant. X Preço Médio	Programa Quant. X Preço	Abs.	%
Março	592 153	467 049	125 104	21,13
Abril	1 230 484	899 180	331 304	26,92
Mai	1 263 049	962 691	300 358	23,78
Junho	1 141 953	922 910	219 043	19,18
Julho	1 259 364	1 036 683	222 681	17,68
Agosto	1 110 781	897 677	213 104	19,19
Setembro	1 353 277	1 086 707	266 570	19,70
Outubro	1 610 853	1 308 438	302 415	18,77
Novembro	1 767 368	1 406 480	360 888	20,42
Dezembro	1 518 836	1 209 064	309 772	20,40
TOTAL	12 848 118	10 196 879	2 651 239	20,64

FONTE: CEASA

*Estes valores foram corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor - grupo alimentação no domicílio, calculado pelo IPARDES

É também no início dessa fase que, através de convênio realizado entre a CEASA e a Companhia Brasileira de Alimentos - COBAL -, o Programa passa a adquirir alguns produtos do Programa de Alimentação Popular - PAP -, basicamente feijão, arroz, macarrão, açúcar e óleo de soja. Nota-se que em março, abril e maio registram-se os maiores índices de economia, coincidindo com o período de maior regularidade e presença dos produtos PAP na cesta básica do Programa (ver tabela 6).

A importância dos produtos PAP deve-se ao fato de estarem embutidas no seu preço certas formas de subsídios, como a manutenção dos preços por período de até 45 dias no momento de aceleração inflacionária, o acesso direto aos estoques da CFP e à produção industrial e, até mesmo, a não-incorporação dos custos operacionais da COBAL com o PAP no preço final do produto. Dessa forma, esses produtos eram repassados a preços significativamente inferiores aos praticados no mercado.

O congelamento dos preços a partir do Plano Cruzado dificultou a reposição dos estoques do Programa da COBAL nos mesmos níveis de preços praticados até 28 de fevereiro de 1986. Nesse sentido, em meados de junho, já começam os primeiros reflexos na oferta desses produtos, comprometendo a continuidade do PAP. Com esse impasse, o PAP deixa de ser uma via de abastecimento para o Programa de Compras Comunitárias.

A programação das compras por parte das famílias antes realizada com maior periodicidade, passa a ser mensal. Essa modificação decorre da necessidade de se racionalizar o processo de distribuição dos produtos, possibilitando o atendimento de um maior número de grupos e famílias. Há que se ressaltar que, para viabilizar a programação mensal, fez-se necessário garan-

tir regularidade de preços e oferta dos produtos, o que foi possível pela adoção de uma política de estoque. Ainda como resultado dessa política, conseguiu-se maior mobilidade no pagamento dos grupos ao Programa, tornando suportável o atraso por parte de alguns grupos.

Cabem ainda duas considerações sobre a programação das compras: a primeira, relacionada à clientela do Programa acaba excluindo as famílias cuja instabilidade nos rendimentos impede uma adequação à periodicidade fixada. Caso atípico é a participação da Associação de Produtores de Morretes, que, por dispor de um minimercado, atende famílias com renda intermitente (bóias-frias, diaristas, etc.). De forma marginal, há o caso de algumas associações de moradores que se utilizam da taxa de participação* para adquirirem um excedente de produtos, repassados aquelas famílias que não puderam realizar suas compras no período preestabelecido; a segunda refere-se a limitações institucionais na distribuição das compras no mês, uma vez que estas se concentram nas semanas que as famílias recebem os salários e vales (dias 10 e 25).

Interiorização

O PCC apresentou um processo de expansão diferente do inicialmente previsto, que priorizava a cobertura de áreas correspondentes ao PRORURAL, com destaque para a sede - Curitiba. Esse processo coincide com as duas últimas fases do Programa, uma vez que foi nesse período que se obtiveram recursos para formação de estoque e infra-estrutura de apoio, ampliando a capacidade de atendimento.

*Ver item 3.3, p.61.

Inicialmente, o Programa se expandiu para áreas vizinhas a Curitiba, através da incorporação de grupos de compras vinculados diretamente à coordenação geral na capital. Atualmente, são atendidos grupos dos municípios de Araucária, Almirante Tamandaré, Balsa Nova, Colombo, Campina Grande do Sul, Mandirituba, São José dos Pinhais, Cerro Azul, Adrianópolis, Agudos do Sul, Morretes, Lapa e Arapoti. Este último município, apesar de distante da capital, integrou-se ao Programa adquirindo os produtos diretamente de Curitiba, com o apoio da Prefeitura local para o transporte das compras.

Para outros municípios do Estado, incorporados ao Programa a partir de abril de 1986, fez-se necessário redefinir o modelo de implantação, passando a envolver as prefeituras locais na sua administração. Nesse sentido, a CEASA firmou convênio com as prefeituras municipais que passaram a se responsabilizar pelos trabalhos de mobilização, seleção, organização e acompanhamento das comunidades interessadas, além do transporte dos produtos aos grupos de compras e do local para instalação do armazém. À CEASA couberam a manutenção dos armazéns, transporte dos produtos de Curitiba para o interior, direcionamento das compras para formação de estoques e supervisão geral do Programa.

Além dos 14 municípios que participam das compras por Curitiba, conforme os dados de outubro, mais 15 estão integrados via convênio com as Prefeituras: Cascavel, Céu Azul, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Londrina, Umuarama, Guaraci, São Miguel do Iguaçu, Foz do Iguaçu, Medianeira, Palotina, Cornélio Procopio, Cambé, Toledo e Guarapuava. Nessas cidades, a operacionalização do Programa, no que se refere à participação dos

grupos, tem sido a mesma de Curitiba. A única distinção está na pauta de produtos, reduzida para 18 itens,* a fim de que a complementação da cesta básica considere hábitos e particularidades regionais. Até outubro, o Programa atendeu a 3 307 famílias (tabela 7). Entretanto, sua distribuição por município é variável, registrando casos em que são atendidas menos de 30 famílias; o mesmo ocorre na economia proporcionada pelo Programa, quando comparada aos preços dos supermercados locais: um mínimo de 6% e um máximo de 25%, com uma concentração maior na faixa de 15% (Anexo 1).

TABELA 7 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS DO INTERIOR E DE FAMÍLIAS, VOLUME E VALOR TOTAL E MÉDIO DO PROGRAMA DE COMPRAS COMUNITÁRIAS, EM CURITIBA - MAIO-OUT/1986

MÊS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	NÚMERO DE FAMÍLIAS	VOLUME DE PRODUTOS (Kg)	VALOR (Cz\$)*	VOLUME MÉDIO (Kg)	VALOR MÉDIO (Cz\$)
Maio	1	34	1 919,40	10 632,47	56,45	312,72
Junho	5	522	22 236,20	112 636,64	42,59	215,78
Julho	14	1 262	49 622,10	263 399,23	39,32	208,72
Agosto	15	1 778	54 483,60	328 616,55	30,64	184,82
Setembro	13	1 672	57 204,40	347 984,80	34,21	208,12
Outubro	14	3 037	105 647,70	643 550,66	34,78	211,90

FONTE: CEASA

*A preços de dez./86. Estes valores foram corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor - grupo alimentação no domicílio, calculado pelo IPARDES

A interiorização do Programa, apesar de recente, já evidencia alguns problemas, cuja persistência vem comprometendo o bom desempenho e crescimento do Programa. São decorrentes, basicamente, do não-cumprimento, por parte de algumas Prefeituras, dos compromissos com a implantação do Programa, afetando

*Arroz branco, açúcar refinado e cristal, óleo, feijão preto e de cor, extrato de tomate, farinha de milho amarela, fubá de milho, farinha de mandioca, café, sardinha, sal, sabão em pedra, sabão em pó, margarina, biscoito e papel higiênico.

a disponibilidade de infra-estrutura física e de pessoal e prejudicando a distribuição das compras para as famílias, nos dias e horários preestabelecidos. Como consequência, há perdas de produtos em função da improvisação de transporte; não se realizam a organização e assessoria aos grupos e, não se geram informações que permitam melhor acompanhamento do Programa no interior.

O fraco desempenho no interior, expresso numa demanda baixa e irregular, vem pressionando os recursos do fundo rotativo, à medida que o giro dos estoques é lento. Atualmente, a manutenção dos estoques no interior vem comprometendo cerca de 50% dos recursos do fundo rotativo.

População atendida e taxa de cobertura do Programa

O Programa de Compras Comunitárias, desde seu início, condicionou o atendimento às famílias com renda familiar até dois salários mínimos. Com os resultados da pesquisa Comportamento de Consumo da População Participante,* ficou evidenciado que isso deixou de ser pré-condição, pois 80% das famílias pesquisadas possuíam renda familiar superior ao preestabelecido pelo Programa (tabela 8). Esses resultados refletem os equívocos dos pressupostos originais, à medida que uma proposta que demanda uma programação dos gastos, demanda, também, vencimentos regulares, geralmente proporcionados por um emprego estável. Desse modo, pode-se adiantar que não ocorreu um desvirtuamento da população-alvo, mas uma adequação natural de público, ou seja: o Programa, com essa sistemática de abastecimento, só consegue

*Pesquisa desenvolvida pelo setor de organização social do Programa, junto a 50 famílias aleatoriamente amostradas em Curitiba, em 1986. (CENTRAL DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ. Comportamento de consumo da população participante. Curitiba, 1987).

aglutinar famílias que possam ter um mínimo de programação. Nesse sentido, considerando-se que parcela significativa da população situada na faixa de renda familiar inferior a dois salários mínimos se caracteriza pela intermitência de seus rendimentos pode-se concluir pela possibilidade de sua exclusão de um atendimento sistemático por parte do Programa.

TABELA 8 - DISTRIBUIÇÃO DA RENDA FAMILIAR, SEGUNDO FAIXAS DE SALÁRIO MÍNIMO, DAS FAMÍLIAS PARTICIPANTES DO PCC, EM CURITIBA - 1986

SALÁRIO MÍNIMO	ABS.	%
0 → 1	03	6,0
1 → 2	07	14,0
2 → 3	15	30,0
3 → 4	08	16,0
4 → 5	06	12,0
Mais de 5	11	22,0
TOTAL	50	100,0

FONTE: CEASA

Pressupondo, então, que a população beneficiária do Programa tende a se concentrar na faixa de renda familiar entre dois e cinco salários mínimos, pode-se dizer que as 15 000 famílias previstas para atendimento em todo Estado representam, em 1986, apenas 2,17% do total. Entretanto, caso se considere a abrangência efetiva nesse mesmo ano - em torno de 7 500 famílias/mês -, esse percentual é ainda menor. Isso indica uma taxa de cobertura limitada frente à necessidade estimada, constituindo um outro nível de limitação do Programa de Compras Comunitárias.

Impacto do Programa sobre a aquisição dos alimentos básicos das famílias participantes

Este item tem como objetivo mensurar a participação do Programa nas quantidades de produtos adquiridas pelas famílias participantes. Para tanto, utilizou-se a informação referente

ao volume efetivamente comercializado.

Para efeito comparativo, tomou-se como parâmetro os resultados auferidos pela pesquisa *A Compra de Alimentos em Curitiba pela População de Baixa Renda*, realizada pelo IPARDES, em 1984 (tabela 9).¹⁴

Pode-se observar que as famílias têm realizado quase a totalidade das compras no Programa e o volume médio comercializado se aproxima das quantidades totais dos alimentos que constituem o padrão de compra da população de área carente, registrado na pesquisa do IPARDES. Em relação ao volume médio de produtos adquiridos por essas famílias, verificaram-se pequenos acréscimos a partir de junho. Este aumento está atrelado, basicamente, à disponibilidade dos produtos num período em que a oferta no mercado era deficiente. Entretanto, também deve ser considerada a precaução das famílias face à insegurança no abastecimento, o que as levou a fazer estoque, principalmente de produtos como óleo, açúcar, farinha de trigo e macarrão.

Os gastos do Estado com o Programa

Com o objetivo de dimensionar os custos do Programa para o atendimento das famílias, trabalharam-se apenas as informações referentes à Curitiba, já que aquelas disponíveis para o interior contemplam tão-somente os custos relativos à CEASA, não havendo dados da contraparte das prefeituras municipais.

Os dados referentes aos gastos com custeio e despesas de capital, para 1986, são apresentados no quadro 4, sendo que para estas últimas, obtiveram-se apenas os valores relativos ao patrimônio.

¹⁴IPARDES - FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. A compra de alimentos em Curitiba pela população de baixa renda. Curitiba, 1984. 56f.

TABELA 9 - COMPARATIVO DA AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS ALIMENTARES POR FAMÍLIA, NA ÁREA CARENTE E NO PROGRAMA DE COMPRAS COMUNITÁRIAS, EM CURITIBA - 1984-1986

(Em kg)

PRODUTO	1984	1986								
	Área Carente	JAN	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT
Arroz	14,490	6,274	8,816	6,550	6,891	7,547	9,485	10,553	10,049	9,525
Açúcar	13,565	9,033	7,771	8,853	7,862	9,138	11,066	12,392	13,044	12,414
Batata	7,212	2,074	1,661	0,881	-	0,837	0,863	-	-	-
Banha	0,069	0,412	1,020	0,413	0,441	0,498	0,510	0,582	0,518	0,492
Bolacha Sortida	-	-	-	0,589	0,513	0,834	0,973	0,955	1,050	1,190
Café	1,729	0,622	0,531	0,233	0,168	0,287	0,376	0,418	0,385	0,533
Cevada	0,055	-	-	0,081	0,084	0,101	0,116	0,122	0,105	0,119
Feijão	6,647	3,784	3,625	2,937	3,118	3,611	4,188	5,011	4,357	4,867
Fermento para Pão	-	0,047	0,042	0,039	0,051	0,037	0,037	0,043	0,040	-
Fubá Amarelo	1,219	0,713	3,137	0,687	0,665	0,658	0,798	0,925	1,038	1,062
Farinha de Milho	1,117	0,781	0,669	0,577	0,542	0,688	0,732	0,900	1,025	1,473
Farinha de Mandioca	1,044	0,466	0,680	0,453	0,473	0,535	0,518	0,064	0,701	0,756
Farinha de Trigo	9,213	5,334	6,432	4,382	3,937	5,986	6,305	6,884	6,982	7,302
Leite em Pó	0,289	-	0,209	0,256	0,339	0,272	0,242	-	-	-
Margarina	1,154	0,643	0,714	0,657	0,637	0,703	0,739	0,868	1,063	0,936
Massa de Tomate	0,639	0,554	0,728	0,572	0,520	0,605	0,640	1,138	0,996	0,961
Macarrão	3,450	0,610	1,726	1,825	2,151	2,456	2,593	2,970	3,079	2,949
Mate Real	0,105	0,121	0,136	0,087	0,097	0,079	0,113	0,096	0,084	0,096
Óleo	4,719	3,625	2,945	4,112	4,470	4,379	5,065	5,177	5,365	5,869
Sal	-	1,188	0,957	0,948	1,087	1,116	1,178	1,595	1,619	0,557
Sardinha	0,068	0,689	0,358	0,283	0,231	0,215	0,252	0,267	0,385	0,440
Courinho	-	0,115	-	-	-	-	0,145	-	-	-
Orelha	-	0,144	-	-	-	-	-	-	-	-
Barriga sem Costela	-	0,485	0,395	-	-	-	0,135	-	-	-
Doce Pastoso	-	-	-	-	-	-	0,379	0,338	0,311	0,406
TOTAL	66,784	37,593	42,552	35,420	34,277	40,582	47,448	51,298	52,196	51,947

FONTE: IPARDES (1984); CEASA (1986)

QUADRO 4 - GASTOS DE CUSTEIO E VALOR DO PATRIMÔNIO DO PROGRAMA DE COMPRAS COMUNITÁRIAS, EM CURITIBA - 1986

GASTO (Em Cz\$ 1 000,00)	ABS.	%
Custeio	3 205,8	100,00
Pessoal*	1 680,3	52,42
Material de Consumo	396,3	12,36
Serviços e Seguros	926,0	28,89
Encargos, Impostos, Taxas	67,3	2,09
Financeiras	2,5	0,07
Depreciações	133,4	4,17
Capital		
Patrimônio	2 220,9	-

FONTE: CEASA

*Não está computado o pessoal vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura

Cabe salientar que com as informações disponíveis não é possível proceder-se a uma análise econômico-financeira do Programa. Além disso, há que se considerar que não se dispõe de parâmetros para comparação - visto que não se conhecem avaliações de programas similares - e, internamente ao Programa, de uma série histórica. Assim, neste item, procurou-se indicar os gastos do Programa por ações desenvolvidas, entendidas como o número de famílias beneficiadas no ano. No que se refere aos gastos, utilizaram-se apenas os valores correspondentes ao custeio.

Os gastos com custeio comparados ao número de famílias atendidas em 1986 (39 209) indicam um valor médio de Cz\$ 81,77, que representa 29% do valor médio das compras realizadas. Além disso, esse valor se aproxima da economia proporcionada às famílias, que foi de Cz\$ 89,97 (tabela A.2.1).

Os resultados acima apontam para a necessidade de se reduzir a relação custeio/ações, possível à medida que se amplie a atual cobertura do Programa.

3 A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NO PCC

3.1 A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NO PCC DA PERSPECTIVA DO ESTADO

Ao mesmo tempo em que existia, por parte do Estado, a expectativa de desenvolver programas sociais com o envolvimento da população beneficiária em sua operacionalização, desenvolviam-se experiências na área de abastecimento por iniciativa do próprio movimento popular.

Interessa, aqui, destacar as formas que a participação comunitária assume no Programa e como o Estado atua para realizar seu objetivo - contribuir para o fortalecimento de formas associativas e maior compreensão, por parte da população, da problemática do abastecimento alimentar, além de facilitar o acesso aos produtos básicos a preços mais vantajosos.

O envolvimento das famílias no Programa, através de sua organização em grupos de compra, se dá em dois níveis: o primeiro relaciona-se ao próprio modelo de operacionalização, que prevê a participação das famílias em certas tarefas; o segundo, à sua participação nos rumos do Programa, através de fiscalização e acompanhamento dos processos de decisão e operacionalização.

Concepções distintas marcaram e orientaram os diferentes papéis e tarefas dos grupos de compras e a atuação do Estado - representado pela CEASA - na condução do Programa. Assim, desde sua implantação, a questão da autonomia dos grupos de compras era colocada como premissa do Programa. Essa proposta se concretizaria na formação de uma cooperativa de consumo, gerida

pelos próprios grupos. A intervenção da CEASA era entendida como temporária para criar condições ao desenvolvimento do Programa. É preciso ter presente que essa postura se baseava na experiência desenvolvida em Santo André-SP, e na própria experiência de compras comunitárias do CECOMA. Do mesmo modo, deve ser entendido o esforço de se transformarem os grupos de compras em associações de abastecimento e se criar uma Associação Central de Compras Comunitárias, administrada por representantes dos grupos. Considere-se, ainda, que esse trabalho de organização associava-se à perspectiva educacional de estimular a discussão das principais questões referentes ao abastecimento alimentar e levar os grupos a aprenderem os mecanismos de funcionamento do mercado e participarem na operacionalização do Programa. Para tanto, previa-se o envolvimento de representantes dos grupos na aquisição dos produtos, realização de pesquisas junto ao varejo e distribuição das compras às famílias. Com isso, pretendia-se capacitar a população na condução do Programa e garantir o controle sobre as atividades desenvolvidas.

Com o desenvolvimento do Programa, há uma revisão desses pressupostos, em função da necessidade de se superarem alguns entraves operacionais e mesmo de divergências quanto ao trabalho de organização dos grupos.

Situações como priorizar a formação de grupos com menos participantes, que impediam o crescimento massivo do Programa, em contraposição à necessidade de se obterem ganhos de escala e maior racionalidade na distribuição, geraram um processo de discussão e redefinição de suas formas de condução. Esse processo culminou com o afastamento da ACCC e ADITEPP, tendo em vista um novo posicionamento da CEASA no que tange às atribui-

ções do Estado e dos grupos para o desenvolvimento do Programa. Reconhece-se como necessário o apoio institucional contínuo mais pelo entendimento da responsabilidade de o Estado resguardar como direito o acesso ao alimento, que pela dificuldade dos grupos.

Nesse sentido, a CEASA passa a buscar fontes alternativas de recursos financeiros - BNDES/FINSOCIAL e Tesouro Estadual -, para proporcionar ao Programa as condições financeiras (capital de giro) e de infra-estrutura material, física e de pessoal, necessárias ao seu funcionamento e reformular seu estatuto, de forma a lhe permitir operar na intermediação dos produtos. O resultado desse processo foi a consolidação da CEASA enquanto órgão executor do Programa.

Com essas mudanças, redefine-se o âmbito da participação das famílias e grupos que, operacionalmente, passam a responder apenas pela confecção e redistribuição dos pedidos às famílias. Note-se que, na realidade, desde a implantação do Programa, as atribuições das famílias ficaram restritas a esse nível, apesar dos pressupostos iniciais. Além disso, as dificuldades em conciliar o processo educacional nos moldes concedidos pela ADITEPP, a agilidade requerida pela aquisição dos produtos e as divergências quanto ao trabalho de organização de grupos de compras levaram esta entidade e a ACCC a se afastarem do Programa. Ao lado disso, em fins de 1985, é criado o Conselho Fiscal do Programa, que passa a ser a instância de representação das famílias junto à coordenação.

Essas mudanças, que marcam a fase recente - caracterizada, neste trabalho, como o processo de profissionalização das atividades do Programa -, permitiram à equipe social da CEASA

retomar e ampliar o processo de organização e assessoria dos grupos, resgatando, assim, a discussão da problemática do abastecimento alimentar e a avaliação do Programa.

3.2 A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E SUA RELAÇÃO COM O ESTADO: A PERCEPÇÃO DOS GRUPOS ENVOLVIDOS

O movimento popular vem buscando os canais através dos quais poderá obter os benefícios sociais que reconhecem como seus direitos: luz, água, calçamento de ruas, esgoto, segurança, habitação, creches, alimentos, etc. Seus participantes passam a se reconhecerem como cidadãos, iniciando suas longas jornadas em direção aos órgãos do governo, reivindicando, solicitando, pressionando, enfim, fazendo-se presentes frente ou contra o Estado.

Agora são os "homens da cidade" que, face ao processo desordenado de urbanização - no qual o Estado não distribui homoganeamente os serviços sociais -, clamam por igualdades de direitos, podendo-se distinguir diferentes posições do movimento popular quando se dirige ao Estado.

Há grupos organizados que, ao reivindicarem serviços ou equipamentos sociais, têm a consciência de que constituem grupos de pressão capazes de obter o que necessitam de um Estado que tem o dever de atendê-los. Tais grupos fazem parte de associações que vêm se desenvolvendo como canal de reivindicações de serviços sociais básicos - dentre os quais destaca-se, o abastecimento -, chegando mesmo a definir a forma de participação mais conveniente da Associação com o Estado.

No decorrer da pesquisa, colheram-se depoimentos de participantes do Programa, apresentados a seguir.

(....) O Estado tem o dever de fornecer alimentos à população. Mas ele tem seus critérios, nós gostaríamos de ter os nossos. Acha-mos que determinadas tarefas deviam ser da comunidade, por exemplo: a lista de preços em supermercados podia ser tarefa de uma pessoa da comunidade, tipo uma dona de casa. Só que essa pessoa precisaria de respaldo para saber onde ir em Curitiba. Mas poderia ser financiado pela Associação, independente da CEASA, com fundos da Associação.

A definição de papéis a serem desempenhados pela Associação implica o reconhecimento da capacidade de trabalho de seus associados e a possibilidade de sua remuneração. Ou seja, a associação oferece como contrapartida ao Programa o trabalho dos associados.

Apesar de as associações se disporem a dividir o trabalho com a coordenação do Programa, para aquelas cujo envolvimento com a população se baseia num conjunto de reivindicações, a autonomia frente ao Estado aparece como pressuposto para a continuidade do movimento, que tem como objetivo conquistar outros serviços sociais. Sua ligação com o Programa poderia trazer limites à autonomia e à postura de luta contra o Estado.

(....) Mas vejo a preocupação de que a Associação poderia se amarrar muito nas compras e perder a chance de fazer outras reivindicações. Quanto menos ficar na dependência do Estado, melhor. Por exemplo, se a Associação for cobrar do Estado alguma fraude, fica difícil. Para reivindicar escola, postos de saúde, e outras necessidades a Associação precisa não estar amarrada com o Estado.

Percebe-se que, além da participação na operacionalização do Programa, existe uma preocupação com o acesso às informações, no sentido de conhecer os mecanismos de funcionamento, os critérios utilizados para definição de produtos, locais de

compra, preços. As associações propõem que existam canais de informação eficientes, para esclarecer a população beneficiária e formar uma visão crítica do Programa:

(....) Outro aspecto preocupante diz respeito ao repasse das informações CEASA/Comunidade. Temos considerado muito frágil o sistema de comunicação estabelecido, o que por vezes gera um nível de desconfiança muito grande por parte das famílias. Exemplo: para alteração de preços consideramos que é insuficiente o repasse da informação por telefone. Manter meios de comunicação para divulgar é muito importante para esclarecer a comunidade. Dado o nível de escolaridade da comunidade (médio para baixo) é preciso um boletim bem acessível, bem esclarecedor, para que as famílias possam ler, se reunir para discutir. Assim, a gente pode atingir o senso crítico que se pretende.

A sistemática de Boletim Informativo da equipe técnica para a comunidade precisaria portanto ser muito esclarecedora, bem detalhada. Informar as alterações havidas de produto por produto. Informar sobre a sistemática de compras do Programa, critérios para escolha de fornecedores, critérios para alteração de preços.

As associações se preocupam, ainda, com a autonomia quanto à participação social e com trabalho de discussão, a fim de elevar o grau de consciência dos participantes ou associados:

(....) A gente também não tem interesse de manter relações ou melhor ligação com o Estado. O trabalho com a população somos nós que fazemos. A equipe da CEASA é boa, mas pode mudar. Entre nós tem gente com capacidade para fazer isso.

O tempo que a gente participa já deu para aprender.

Aqui define-se com clareza que a organização popular compete às associações, que devem escolher as formas, os conteúdos e os espaços de aglutinação dos interesses populares, não cabendo ao Estado essa função.

Por outro lado, existem as associações que mantêm estreitas relações com o Estado, através de partidos ou de políticos. Suas reivindicações passam por relações clientelísticas com o poder, para, então, chegarem aos órgãos responsáveis pelos bens e serviços de que necessitam:

(....) Se as compras ficar comigo eu vou fazer um sacrifício. Vou fazer uma peça só pras compras. O meu candidato a deputado entra nessa. Se ele não fizer eu voo nas barba dele. Eu trabalho pra ele. Mas pra isso ele precisa fazer as coisas pela gente também. Outra coisa que veio pra nós foi a luz. Ano passado a gente fez passeata. O Prefeito falou que se ganhasse ia fazer a rua, vir luz, cortar os lotes. Só falta legalizar os terrenos. O presidente, disse que só sai da Associação depois de deixar isso pronto. Eu também estou falando com um funcionário da administração Regional da Prefeitura e ele falou que sai.

Vê-se que as formas de reivindicação ao Estado obedecem parâmetros ditados pelas autoridades que, ao receberem as solicitações, são reconhecidas como benfeitoras das camadas populares. Estabelecem-se laços de apoio eleitoral, fidelidade partidária e reconhecimento:

(....) A gente faz documento, assina e levamos na Prefeitura. Se vier, nós tamo pra essa. Agora ele [Prefeito] tá no puleiro. A gente não vai atigá ele. Era difícil entrar na Prefeitura antes. Hoje ele arruma emprego é muito bacana e recebe bem. Eles fizeram as coisas pra gente e nós vamo até o fim. Já teve gente de outros partidos aqui, mas nós não aceita. Já pedi o orelhão pra ele. Não posso trabalhar pra outros.

A relação paternalista estabelecida com as populações carentes faz com que se criem expectativas, como se grande par-

te de suas aflições e necessidades pudesse ser resolvida pelo Estado.

(....) - Não cortando a conversa, mas eu, desde o Santa Amélia eu ia. Como nós fazia farra! Toda a mulherada ia. Como diz o ditado: fomo como cachorro sem faro. Vou ver pra contar. Fomo muito bem tratado. Serviram guaraná e sanduiche. Às vezes, a gente é convidado e vai sem saber nada. Lá é que eu vejo do que se trata. Cada um pedia uma coisa. Pensei: devagar eu vou indo e chego a pedir o que preciso também. Essa passeata foi feita porque tava faltando verba, o Programa teve parado por isso. A gente sabe. Como ele liberou, foi a maior festa. Depois já começou de novo as compras.

- Esse dinheiro veio do governo. O governador vinha fazer reunião aqui na Associação. Nós dizia: se você não cuidar bem de nós, ainda acaba sendo apedrejado. Ia se ver mal se não cuidasse dos operários.

Como as populações residentes em favelas ou bairros periféricos carecem da posse dos terrenos que ocupam, luz, esgoto, água, escolas, oportunidades de trabalho, acesso à alimentação - que lhes garanta a sobrevivência -, etc., são facilmente mobilizadas, dirigindo-se ao governo para demandarem a solução de necessidades individuais ou coletivas.

Para o conjunto de associações cuja marca de atuação é o clientelismo, o Programa de Compras Comunitárias torna-se mais um instrumento de afirmação política junto aos moradores (ou possíveis eleitores) e contato com o Estado (instituição da qual podem obter favores pessoais). A idéia que prevalece quando se referem ao Programa é que este constitui dívida do Estado:

(....) A associação é independente, mas depende do tipo de convênio que é feito com a liderança mais unida.

Eles dizem que as compras são do governo. Claro que é, é da CEASA.

Desde que o que a gente faz ajude a população

o próprio governo sai beneficiado.
 Se o governo não fez, logo fica claro que ele
 não está fazendo.
 Com a nova República o povo tem direito de
 pedir. Chega o ponto em que o povo diz o que
 quer, e o governo ouve.

A postura de autonomia frente ao Estado não se mantém, devido às relações que se estabelecem entre associações e técnicos, funcionários e representantes do governo.

A concepção de que o Estado não conhece as necessidades do povo e de que é necessário que as lideranças levem ao conhecimento dos governantes suas carências evidencia a distância entre a realidade dos bairros periféricos e a vontade política de distribuição mais eqüitativa dos equipamentos sociais:

(....) A gente já vem lutando faz tempo.
 O povo se une para levar ao governo o que o
 povo está precisando, porque eles não sabem
 como o povo está funcionando. Muitas vezes
 eles têm uns mapas e aparece como se a gente
 tivesse tudo: água, esgotos, etc. Só que não
 é verdade e eles não sabem.
 O povo leva o que é necessário até lá, nas
 administração e eles ficam ajudados.

Ao se retomar a história do Programa de Compras Comunitárias, verifica-se que o contato mais direto com o governo do Estado ocorreu quando - para seu prosseguimento e expansão - fez-se necessária a liberação de verba. Como o funcionamento das atividades estava comprometido e as compras, suspensas, os grupos organizaram-se para reivindicarem a continuidade do Programa. Liderados pela Comissão de Fiscalização, dirigiram-se ao governador do Estado para solicitarem sua reativação.

Através das entrevistas, verificou-se que todos sabiam que sua participação como grupo de pressão foi fundamental para a retomada do Programa com estrutura capaz de permitir a ex-

pansão para outros grupos. A história da organização popular permanece muito viva na memória daqueles que acompanharam o desenvolvimento do Programa e sabem que, diante de futuros impasses, poderão novamente estar presentes para fazer valer seus interesses.

3.3 OS GRUPOS DE COMPRAS E A OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA

Os grupos de compras são responsáveis pela confecção do pedido geral, a partir dos pedidos das famílias; pelo recebimento das compras e sua distribuição; pela cobrança e pagamento à CEASA. Essas tarefas constituem a contraparte dos grupos à operacionalização do Programa, implicando uma sobrecarga às associações e grupos, os quais, em alguns casos, já têm envolvimento com outras atividades comunitárias. Sua realização requer dos grupos um esforço mínimo para estabelecer certa divisão de trabalho e responsabilidade entre seus membros. Observou-se uma diferenciação, entre os grupos, do grau de organização interna, relacionada diretamente à experiência e organização anterior no desenvolvimento de ações coletivas.

Entretanto, essa defasagem no grau de organização de alguns grupos não significa impedimento à execução das tarefas, mas sobrecarga de trabalho e responsabilidade sobre alguns dos seus membros, dificultando a implementação do Programa.

A partir de depoimentos dos componentes dos grupos, pôde-se perceber essa diferenciação, os problemas decorrentes da execução das tarefas e os mecanismos desenvolvidos para superação das dificuldades. Alguns grupos que já desenvolviam compras comunitárias, e outros, como as associações de moradores, envolvidos com outros programas sociais, nas áreas de educação,

alimentação e saúde (suplementação alimentar, creche, postos de saúde), conseguiram avançar em sua estruturação, designando comissões de trabalho responsáveis, no interior das associações, pelas compras comunitárias:

(....) A tendência agora é formar uma comissão das Compras Comunitárias, dentro da Associação.

A associação designou uma Comissão responsável pelas Compras, e que subdivide-se em equipes responsáveis por tarefas como:

- a) distribuição das listas;
- b) receber mercadorias;
- c) entregar os pedidos aos moradores.

No caso da entrega dos pedidos são designadas pessoas fixas e que pertencem à direção da associação, pois esta atividade envolve o pagamento das Compras.

Ressalte-se que esses grupos, ainda que com algum nível de precariedade, geralmente dispõem de um local de apoio, que pode ser a sede da associação ou uma sala comunitária (Centro Social, Clube da Mãe, etc.), utilizada para o recebimento e parcelamento dos produtos:

(....) A armazenagem e distribuição das compras é feita no Centro Social.

[As compras] são armazenadas no Centro Social e, às vezes, como nem todas as famílias buscam suas compras no dia marcado, se faz necessário alguém pousar no local, para guardar as mercadorias.

Os grupos constituídos a partir das compras comunitárias, ou mesmo de associações de moradores recém-formadas, têm maiores dificuldades na execução das tarefas, à medida que o acúmulo de trabalho e responsabilidade recai sobre poucas pessoas. Ao lado disso, as pessoas receiam assumir as responsabilidades colocadas pelo Programa:

(....) É só um grupo e não tem associação. É o meu marido quem faz o cheque, ninguém ajuda. O pedido a gente faz pela lista. Dá dor de cabeça. Uns entendem, outros, não, mas estamos ajudando os outros. Mas o pessoal não quer ajudar. Dizem que não podem porque trabalham, mas trabalhar, eu também trabalho, só que é a noite.

Nossa compra tem quase um ano; assim que fundou a associação. A técnica do Programa veio fizemos uma reunião e já começamos. Toda vida eu fui responsável. A primeira diretoria estava com medo, dizia que dava complicação. Daí eu assumi.

Esses grupos quando não dispõem de um local comunitário em suas vilas, se vêem obrigados a utilizarem a residência do coordenador, ou de algum outro participante, como local de armazenamento, distribuição dos pedidos e demais tarefas:

(....) Quanto a guardar as compras, aqui em casa tem uma peça onde a gente guarda. Na outra casa, punha na sala e a casa ficava virada. Não podia deixar por muito tempo.

Se as compras ficar comigo, eu vou fazer um sacrifício. Vou fazer uma peça só para compras.

Dentre os problemas apontados pelos grupos, mereceram destaque as dificuldades decorrentes daquilo que é denominado comumente por "furo", ou seja: problemas que surgem a partir de erros na confecção das listas, da falta de produto, após os pedidos terem sido encaminhados à CEASA, e da não-retirada de pedidos feitos por participantes do grupo.

Essas distorções, foram corrigidas, em certa medida, pela própria coordenação do Programa, através do fornecimento de listas de produtos, com base nas disponibilidades de estoque do Programa, designando os produtos da pauta básica que faltam.

Por outro lado, os próprios grupos também desenvolveram

mecanismos para fazer frente a possíveis imprevistos. Destaca-se, aí, a introdução de uma taxa de participação cobrada de cada família, com limite máximo de 2% sobre o valor de cada compra. Com essa cobrança, tem sido possível administrar certos impasses, como o atraso de pagamento dos pedidos, despesas com telefone, transporte do coordenador, erros de somatória dos pedidos, quebra de entrega de alguns pedidos, etc.

Importa ressaltar que, embora os diversos grupos utilizem o fundo* similarmente, sua apropriação varia de acordo com o grau de organização de cada um, pois a compreensão do significado do fundo é distinta. Observa-se que nos casos de associações de moradores que possuem uma história de trabalho coletivo, o recurso arrecadado destina-se a resguardar a associação (e todos seus membros) de possíveis eventualidades; já naqueles grupos organizados exclusivamente em função da compra comunitária, o recurso visa preservar a segurança do coordenador, enquanto um intermediário/responsável junto ao Programa.

3.4 OS GRUPOS DE COMPRAS ENQUANTO AGENTES FISCALIZADORES

A atribuição aos grupos da função de fiscalização e controle do Programa já era prevista na sua formulação. Essa ação se concretizaria no envolvimento de representantes dos grupos em algumas atividades de operacionalização do Programa, como compras, as pesquisas de preços no varejo, etc.

Com isso, acreditava-se não só obter o controle dos grupos na aquisição de sua cesta básica, mas também ensejar um processo educativo, pelo qual os grupos iriam aprendendo o me-

*Este fundo é constituído pelas taxas de participação.

canismo de funcionamento do Programa. Além disso, visava-se à autonomia dos grupos na gestão das compras comunitárias, através da criação das associações de abastecimento e da ACCC.

Todo esse processo teve uma nova performance a partir de outubro de 1985, com a constituição, no I Encontro Estadual de Grupos de Compras da Comissão de Fiscalização, formada por representantes dos próprios grupos. Esta ocorreu sob orientação da equipe técnica da CEASA, mas só foi viabilizada porque alguns grupos de compras já procuravam influir na condução do Programa.

Institucionalmente, essa Comissão representa a instância de consulta da coordenação geral do Programa, quanto às medidas a serem adotadas, não podendo, no entanto, decidir sobre os rumos do Programa. Todavia, para os grupos de compras, constitui instância catalizadora, de encaminhamento de suas reivindicações e agente fiscalizador:

(....) No Conselho Fiscal do Programa discutimos sobre:

- a) a necessidade de ampliar a cesta (carne, verduras);
- b) a questão da interiorização do Programa pois a opinião é de que antes de partir para a interiorização deveria primeiro "completar" o Programa em Curitiba;
- c) controle sobre a aquisição dos produtos pelo Programa...

Isto ainda não conseguiu ter um controle sobre as compras, acompanhar as notas fiscais, porque um produto foi adquirido por "x" e vendido por "y".

Quanto aos fundos que a CEASA tem, já perguntamos em reunião, mas não sabemos o que está fazendo.

Gostaríamos que o administrador das compras fosse bom comprador, mas que fosse também do movimento popular.

Dentre as atividades desenvolvidas por essa Comissão,

destacam-se o trabalho de mobilização dos grupos de compras, em fevereiro de 1986, para audiência com o Governador José Richa, com o objetivo de reivindicar ao Estado recursos para que o Programa pudesse ser reativado, e, a partir de abril, a participação na discussão junto à CEASA para definir as listas mensais de preço e suas alterações.

Deve-se ressaltar que, mesmo com a Comissão exercendo suas atividades há mais de um ano, vários grupos a desconhecem. Assim, esses grupos encaminham suas reivindicações ou reclamações diretamente à Coordenação do Programa.

(....) Nós geralmente fazemos reuniões aos domingos. As reivindicações são registradas em ata e daí encaminhamos à CEASA. O encaminhamento é feito através de contato telefônico. Nunca por documento. Sempre que temos dificuldades chamamos o pessoal da CEASA para fazer uma explanação. E isso tem correspondido.

Importa dizer que isto vincula-se ao fato de os grupos, no seu cotidiano, formularem questões relacionadas às dificuldades operacionais do Programa, que necessitam soluções imediatas.

CONCLUSÃO

O objetivo desta avaliação foi reconstituir a experiência do Programa de Compras Comunitárias e verificar os resultados obtidos, de modo a propiciar um referencial para sua expansão e para a definição de outras ações na área de abastecimento. A seguir, apresenta-se uma síntese dos problemas com que a CEASA se defrontou, das medidas adotadas para solucioná-los e avaliam-se os resultados dessas ações.

Os dois primeiros anos do Programa foram marcados pelo reduzido número de famílias atendidas, pela dificuldade em se garantirem preços e produtos e por uma série de improvisações na operacionalização das compras, tanto na aquisição e distribuição dos produtos, como no trabalho junto aos grupos.

Com a decisão da CEASA de expandir o Programa, ampliando o número de grupos e famílias atendidos, tornou-se imprescindível superar as improvisações e limitações que marcaram as duas primeiras fases. Isso foi possível através de ações que dotaram o Programa de condições básicas de operação (capital de giro e infra-estrutura de apoio) e da racionalização das atividades de aquisição e distribuição dos produtos, com a organização do setor de compras.

Entretanto, vale ressaltar que, mesmo com esses avanços, persistem a indefinição de funções específicas às equipes de trabalho, e o baixo grau tecnológico no exercício de certas tarefas, como a emissão de notas fiscais e o controle de estoques.

A par dessas ações, que permitiram ampliar a capacidade de atendimento do Programa, outras foram adotadas no sentido de adequá-lo enquanto equipamento alternativo para a população de baixa renda.

Constatou-se a necessidade de se adequar a pauta de produtos ofertados, atendendo a imperativos de ordem operacional, como a retirada de produtos perecíveis e incorporação de novos itens, basicamente de higiene e limpeza. Essa adequação deveu-se ao fato de o Programa, além de ofertar seus produtos a preços reduzidos, ter de oferecer uma pauta mínima condizente com a cesta básica da população beneficiária, evitando, desse modo, deslocamentos adicionais a outros equipamentos para complementação das compras, o que comprometeria a atratividade do PCC junto à população.

Outro aspecto importante para a consolidação do Programa diz respeito à regularidade na oferta de produtos. Convém ressaltar que vários programas de alimentação, quando não solucionaram essa questão, caíram no descrédito. Foi fundamental, portanto, adotar-se estratégia de estoque para evitar a irregularidade da oferta e garantir os preços estabelecidos para as famílias. Com isso, conseguiu-se, inclusive, fazer frente à escassez de produtos decorrente da crise de abastecimento durante o Plano Cruzado.

A periodicidade de atendimento que caracteriza esse equipamento requer das famílias um mínimo de programação das suas compras. Por sua vez, a possibilidade de as famílias programarem está diretamente associada à disponibilidade e regularidade de seus rendimentos. Disso decorre a tendência à concentração da entrega de pedidos nas semanas de recebimento dos salários

e vales (dias 10 e 25, respectivamente), ocasionando a subutilização de parte da estrutura de apoio em períodos intermediários, o que, persistindo, transforma-se em obstáculo para expansão do atendimento.

Vale salientar, ainda, que, em função dessa periodicidade, o Programa vem se mostrando incapaz de atingir a população-alvo inicialmente prevista - famílias com renda até dois salários mínimos -, tendo em vista a intermitência de seus rendimentos. Relacionado a esse fato, ocorreu um processo de seleção de clientela, simultâneo às transformações porque passou o Programa, resultando no atendimento predominante de famílias com renda entre dois e cinco salários mínimos.

No caso da população de menor renda, registra-se a Associação de Produtores de Morretes que, por comercializar os produtos em posto fixo, possibilita à população utilizar o equipamento quando dispõe de recursos, visto que, para essa população, o problema principal não é a adequação do equipamento, mas a insuficiência de renda, que impossibilita o consumo de alimentos nas quantidades recomendadas.

O fato de a interiorização do Programa ter prescindido de uma avaliação objetiva dos municípios para sua gerência e operacionalização levou a impasses que, ainda hoje, comprometem seu bom desempenho, afetando, inclusive, sua situação financeira.

Observam-se expressões concretas dessa situação no não-cumprimento, por algumas prefeituras, de sua contraparte ao desenvolvimento do Programa; no número irrisório de famílias atendidas em alguns municípios; na inexistência de controle e acompanhamento do processo de interiorização, e na depreciação dos recursos financeiros para manutenção dos estoques nas regionais

da CEASA, o que tende a se acentuar com a retomada do processo inflacionário.

A participação dos grupos de compras na operacionalização do PCC relaciona-se ao grau de organização das associações que, por sua vez, facilita a assimilação das tarefas e condiciona a divisão de trabalho e responsabilidades entre os membros dos grupos. Nesse sentido, merece registro o fato de, em várias associações, acumularem-se tarefas em mãos de poucas pessoas ou apenas do coordenador. Há casos em que estas dificuldades impedem a entrada de famílias no grupo.

Da mesma forma, a instrumentalização do Programa pelas associações, para reforçar seu papel de agente aglutinador dos moradores e canal de encaminhamento de questões de interesse comum, está associada ao grau de organização anterior. Existem grupos que, efetivamente, apropriam-se do Programa visando atrair as famílias para as atividades da associação e buscar soluções para outras questões de interesse coletivo. Por outro lado, há grupos que, mesmo manifestando em seu discurso o ideal do trabalho comunitário, reduzem sua prática à assimilação do Programa enquanto um serviço prestado pelo governo e alternativa a seu abastecimento.

Importa destacar certos problemas que limitam a participação ao nível decisório e a fiscalização por parte dos grupos: há impeditivos de ordem legal (restrições estatutárias) para a institucionalização do canal de representação dos grupos - a Comissão de Fiscalização -, tornando-o suscetível a mudanças políticas e institucionais. Além disso, como as definições de prioridades e financiamento do Programa implicam decisões que extrapolam a CEASA, a Comissão de Fiscalização tende

a ter apenas caráter consultivo.

Por outro lado, observou-se o distanciamento entre alguns grupos e a Comissão de Fiscalização, manifesto no desconhecimento desse instrumento de representação das famílias participantes. Ao lado disso, foram constatados problemas de acesso a informações que propiciassem às famílias inteirar-se das questões gerais - como alteração de preços e de produtos - e de decisões acerca dos rumos do Programa. Esse problema foi solucionado, durante a avaliação, através da criação de um informativo mensal destinado às famílias.

O movimento popular em sua busca de melhores condições de vida defronta-se com o Estado enquanto interlocutor privilegiado para o atendimento de suas reivindicações. Entretanto, essa relação é marcada pela compreensão diferenciada do seu significado. Algumas associações, ao reivindicarem equipamentos sociais, sabem que constituem grupos de pressão, que visam obter o que necessitam de um Estado que tem o dever de atendê-los. Quando se defrontam com o aparelho do Estado, procuram definir a forma de participação mais conveniente à associação, para resguardar sua autonomia frente ao governo, cuidando para que seu envolvimento com o Programa não limite sua capacidade de reivindicar outros serviços. Tomam para si, portanto, a tarefa de organizar a população e discutir prioridades e temas de seu interesse, prescindindo da interferência do Estado.

Por outro lado, há casos em que essa relação é marcada pelo clientelismo. As reivindicações obedecem a parâmetros ditados pelas autoridades e a contrapartida ao recebimento de equipamentos sociais é o apoio político, a fidelidade partidária e o reconhecimento do Estado como promotor do bem-estar

social. Para essas associações o Programa apresenta-se como mais um instrumento de afirmação política, junto aos moradores do bairro, e de contato, na busca de favores, junto ao Estado. Porém, em ambos os casos, reconhece-se a importância de atuar enquanto grupo de pressão frente ao Estado para a manutenção do Programa.

Por fim, mesmo se observando os avanços do Programa no período recente e o sucesso no barateamento dos alimentos, os resultados quanto a sua atual cobertura são bastante tímidos, atendendo-se, efetivamente, no Estado, cerca de oito mil famílias/mês. Isso adquire maior relevo ao se considerar que a própria equipe técnica reconhece que, com alguns ajustes, a capacidade instalada do Programa permite dobrar o atendimento. Esse fato possibilitaria, também, reduzir a relação gastos de custeio/ações propiciadas pelo Programa.

Ao se colocar a perspectiva de democratização desse serviço público, entendida como ampliação de sua cobertura - massificação do Programa -, várias questões anteriormente tratadas apontaram para a necessidade de se repensar sua estratégia de expansão, tanto pela dificuldade de adequação do equipamento às características da população-alvo, quanto pelas restrições de ordem financeira para expansão nos moldes atuais de operação. Do mesmo modo, vale indagar como se resguardar a participação das famílias no Programa, não considerando apenas seu envolvimento em atividades operacionais.

**ANEXO 1 - INFORMAÇÕES RELATIVAS AO PCC -
CURITIBA E INTERIOR DO ESTADO**

TABELA A.1.1 - NÚMERO DE FAMÍLIAS, VOLUME, VALOR TOTAL E MÉDIO E ECONOMIA GERAL DO PROGRAMA DE COMPRAS COMUNITÁRIAS, EM CURITIBA E INTERIOR DO ESTADO - 1986

MUNICÍPIO MÊS	VOLUME (kg)	VALOR (Cz\$)*	NÚMERO DE FAMÍLIAS	VOLUME MÉDIO (Kg)	VALOR MÉDIO	ECONOMIA GERAL (%)
Curitiba						
Janeiro	175 935,0	726 926,23	4 276	32,0	132,39	35,3
Fevereiro	-	-	-	-	-	-
Março	72 010,0	433 174,75	1 728	32,5	195,21	21,1
Abril	161 983,0	834 815,30	4 303	29,3	151,07	26,09
Maiο	165 332,0	886 945,40	4 515	28,5	152,97	23,8
Junho	153 336,0	850 138,65	3 574	33,4	185,22	19,2
Julho	170 489,0	962 297,60	3 440	38,6	217,86	18,0
Agosto	149 474,2	839 735,30	2 744	42,4	238,29	19,0
Setembro	183 775,0	1 025 195,20	3 314	43,2	240,88	20,0
Cascavel						
Junho	1 993,1	9 278,30	48	41,5	193,30	25,0
Julho	2 868,2	13 897,37	66	43,5	210,57	24,0
Agosto	4 544,4	23 084,75	93	48,9	248,22	20,0
Setembro	9 408,2	50 880,05	191	49,3	266,39	16,0
Outubro	16 150,7	97 258,00	344	46,9	282,73	18,0
Céu Azul						
Julho	1 530,1	8 395,07	76	20,1	110,46	21,0
Agosto	1 172,6	5 733,33	27	43,4	212,35	21,0
Setembro	-	-	-	-	-	-
Outubro	-	-	-	-	-	-
Guaira						
Julho	696,9	3 761,42	22	31,7	170,97	13,0
Agosto	4 647,6	25 343,88	162	28,7	156,44	12,0
Setembro	9 894,0	60 883,24	253	39,1	240,65	19,0
Outubro	11 737,4	68 304,80	266	44,1	256,78	21,0
Marechal Cândido Rondon						
Junho	5 915,3	24 330,50	161	36,7	151,12	23,0
Julho	9 799,3	44 213,59	252	38,9	175,45	13,0
Agosto	8 344,9	47 813,77	346	24,1	138,19	12,0
Setembro	-	-	-	-	-	-
Outubro	9 236,6	53 959,90	316	29,2	170,76	15,0
Londrina						
Julho	898,4	4 865,04	11	81,7	442,28	11,0
Agosto	510,0	2 828,69	13	39,2	217,59	14,0
Setembro	962,7	5 488,30	20	48,1	274,42	14,0
Outubro	2 443,7	11 615,72	40	61,1	290,39	18,0
Umuarama						
Julho	1 982,1	10 710,71	79	25,1	135,58	9,0
Agosto	4 512,5	30 607,40	236	19,1	129,69	7,0
Setembro	5 257,7	29 428,01	221	23,8	133,16	13,0
Outubro	13 177,5	77 555,90	542	24,3	143,09	6,0
Guaraci						
Julho	860,2	4 546,99	06	143,4	757,83	19,0
Agosto	562,0	2 509,81	07	80,3	358,54	15,0
Setembro	777,3	3 703,86	14	55,5	264,56	13,0
Outubro	885,7	4 379,44	16	55,3	273,72	15,0
São Miguel do Iguaçu						
Julho	1 847,1	8 762,29	56	33,0	156,47	18,0
Agosto	1 575,6	10 345,60	55	28,9	188,10	17,0
Setembro	1 287,0	9 297,56	51	25,2	182,31	21,0
Outubro	1 056,8	6 476,95	29	36,4	223,34	23,0

(continua)

(conclusão)

MUNICÍPIO MÊS	VOLUME (kg)	VALOR (Cz\$)*	NÚMERO DE FAMÍLIAS	VOLUME MÉDIO (Kg)	VALOR MÉDIO	ECONOMIA GERAL (%)
Foz do Iguaçu						
Julho	254,14	1 367,09	09	27,3	151,90	18,0
Agosto	6 580,2	39 203,90	164	40,1	239,05	16,0
Setembro	7 059,0	43 901,00	223	31,7	196,87	21,0
Outubro	13 802,2	88 015,42	434	31,8	202,80	24,0
Medianeira						
Julho	1 774,5	8 607,31	40	44,4	215,18	17,0
Agosto	984,8	5 814,60	75	13,1	77,53	14,0
Setembro	994,8	5 229,99	40	24,9	130,75	21,0
Outubro	736,0	4 143,20	27	27,3	153,45	25,0
Palotina						
Junho	4 100,9	20 662,60	115	35,7	179,67	15,0
Julho	4 654,4	22 002,63	120	38,8	183,36	17,0
Agosto	4 443,3	24 168,35	80	55,5	302,10	18,0
Setembro	3 648,0	20 232,45	105	33,0	193,00	21,0
Outubro	12 471,4	67 360,40	274	45,5	245,84	24,0
Cornélio Procópio						
Maio	1 919,4	9 795,90	34	56,4	288,11	23,0
Junho	4 419,0	23 695,80	98	48,0	241,79	17,0
Julho	11 951,7	64 262,16	255	46,9	252,01	17,0
Agosto	9 537,7	52 121,83	218	43,8	239,09	15,0
Setembro	10 725,9	60 002,42	222	48,3	270,28	13,0
Outubro	9 491,7	52 761,07	205	46,3	257,37	14,0
Cambé						
Junho	1 293,3	7 110,00	17	76,1	418,24	15,0
Agosto	225,2	1 351,10	05	45,0	270,22	14,0
Setembro	356,3	2 141,27	06	59,4	356,88	22,0
Outubro	332,7	1 954,65	05	66,5	390,93	19,0
Toledo						
Junho	5 807,9	25 788,00	100	58,1	257,88	27,0
Julho	9 220,5	41 997,76	253	36,4	166,00	13,0
Agosto	5 548,0	28 418,94	240	23,1	118,41	19,0
Setembro	5 280,6	27 961,33	241	21,9	116,02	21,0
Outubro	9 532,1	49 326,75	331	28,8	149,02	23,0
Guarapuava						
Agosto	1 294,8	8 059,62	57	22,7	141,40	13,0
Setembro	1 552,9	9 137,77	85	18,3	107,50	17,0
Outubro	3 593,2	29 734,83	208	22,1	142,96	17,0

FONTE: CEASA

*Em valores correntes

**ANEXO 2 - GASTOS DO ESTADO COM O PRO-
GRAMA DE COMPRAS COMUNITÁRIAS**

QUADRO A.2.1 - GASTOS REALIZADOS COM O PROGRAMA DE COMPRAS COMUNITÁRIAS, EM CURITIBA - 1986

(Em Cz\$ 1.000,00)

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Pessoal	
Ordenados	1 099,2
Horas-Extras	19,2
Adicional Noturno	3,2
Auxílio Doença	0,6
13º Salário	85,0
Íapas Servidor	231,9
FGIS Empregados	93,3
Seguro Acidente Trabalho	13,2
PASEP Servidor	78,5
Salário Educação	28,4
Lanches, Refeições Empregados	15,5
Quinquênio Atrasado	11,7
TOTAL	1 680,3
Material de Consumo	
Combustível e Lubrificantes	53,8
Material de Expediente	23,3
Material Cons. Dependência	75,8
Material Conservação Veículo	13,6
Material Manut. Cons. Instalação	0,0
Material Construção Diversos	229,4
Material de Limpeza	0,1
TOTAL	396,3
Serviços e Seguros	
Energia Elétrica e Gás	11,7
Telefone	16,6
Água e Gás	0,4
Serviços de Limpeza	0,0
Livros, Revistas, Jornais, Publicação	1,4
Avisos Edit. Public.	508,6
Passagens Aéreas e Rodoviárias	74,8
Fretes Carretos e Moviment.	103,8
Cópias e Autenticações	29,5
Aluguéis e Condomínios	125,1
Postais e Telegráficos	0,0
Serviços Técnicos Profis.	16,3
Manutenção Cons. de Veículos	15,3
Manutenção Conservação Dependência	3,6
Manutenção Conservação Máquinas Escritório	0,5
Manutenção Conservação Máquinas Equipamentos	2,1
Seguro Contra Fogo	14,9
Seguro de Veículos	0,8
TOTAL	926,0
Encargos Impostos e Taxas	
IPTU	12,3
Impostos e Taxas Diversas	2,7
FINSOCIAL	52,2
TOTAL	67,3
Financeiras	
Despesas Bancárias	0,6
Multas	1,8
TOTAL	2,5
Não-Operacionais	
Perdas de Capital	28,8
Conversões Cruzeiro/Cruzado	0,0
TOTAL	28,8
Depreciações, Amortizações, Provisão	
Depreciações	133,4
TOTAL GERAL	3 234,8

FONTE: CEASA

TABELA A.2.1 - PROCEDIMENTOS ADOTADOS NO CÁLCULO DA RELAÇÃO GASTOS COM CUSTEIO/NÚMERO DE AÇÕES EFETIVADAS DO PCC, EM CURITIBA - 1986

DISCRIMINAÇÃO	ABS.
Gastos com Custeio (A)	3 205,8*
Número de Ações (Famílias) (B)	39 209
Valor TOTAL Compras (C)	11 073,3*
Economia Geral (D)	3 527,7*
A/B	81,77**
C/B	282,42**
D/B	89,97**

FONTE: CEASA

*Em Cz\$ 1 000,00

**Em Cz\$ 1,00

QUADRO A.2.2 - VALOR DO PATRIMÔNIO DO PROGRAMA DE COMPRAS COMUNITÁRIAS, EM CURITIBA - 1986
(Em Cz\$ correntes)

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Carrinhos	175 571,15
Veículos	1 791 138,82
Duplicador	434,40
Calculadora	1 608,04
Máquina de Escrever e Calculadora	114 758,82
Cadeiras	7 654,78
Mesa	36 129,51
Armário	9 018,48
Arquivo	12 600,00
Bandeja	63 000,00
Cortina	9 000,00
TOTAL	2 220 914,00

FONTE: CEASA

**ANEXO 3 - RELAÇÃO DAS COMUNIDADES QUE PARTICIPAM
DO PROGRAMA DE COMPRAS COMUNITÁRIAS**

JANEIRO/1987

GRUPO BAIRRO ALTO

Rua Albérico Flores Bueno, 229
Alto-Tarumã

GRUPO SANTA AMÉLIA

Rua 1, nº 85 - Conj. Afonso Hauer
Santa Amélia

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES ANGELO CRETÃ

Rua Particular - atrás do Sanatório do Portão

PLANTA SANTO ANTÔNIO

Rua Araruna, 18
Pinheirinho

GRUPO DA VILA SANTO ANTÔNIO

Rua Prof. Zimmermann, 457
Pinheirinho

GRUPO ARARAQUARA III

Rua Blay Zorning, 2642
Boqueirão

GRUPO DO CONJUNTO BANDEIRANTES

Rua José Fabiano Barsisk, 84
Vila Oficinas

GRUPO BUTIATUVINHA

Rua Adriano Lugarini, 3
Santa Felicidade

GRUPO MORADIAS CAIÇARAS

Rua A, 145

São Brás

GRUPO PLANTA CAJURU

Rua Reinaldo Thá, 655

Cajuru

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES CAMPO ALEGRE

Rua Gilberto Pinto Müller, 126

Capão Raso

GRUPO CONJUNTO CAMPONESA

Rua A, Casa 99

Campo Comprido

GRUPO SANTA CÂNDIDA

Rua Salvador Herrera Pequena, 7

Santa Cândida

GRUPO JARDIM SÃO CARLOS

Rua Augusta Ribas, 64

Pinheirinho

ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA CEASA

BR-116 - Km 11

Tatuquara

GRUPO CRISTINA I

Travessa A, 32

Santa Felicidade

GRUPO DANILO GOMES

Rua Clara Tedesko, 2908

Boqueirão

ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS
E TELÉGRAFOS

Rua do Erval, 1240

Cristo Rei

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES EUCALIPTO I

Rua 6, nº 49

Boqueirão

GRUPO CONJUNTO EUCALIPTO II

Rua 13, nº 270

Boqueirão

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES FERNANDO DE NORONHA

Rua João Carvasso, 57

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS JARDIM GABINETO

Travessa 968, nº 35

São Brás

ASSOCIAÇÃO MORADORES DA VILA GUAÍRA

Av. da República, 106

Vila Guaíra

GRUPO CAPÃO DA IMBUÍA

Rua Constantino Lapkanska, 96

Capão da Imbuia

GRUPO JARI

Rua Jari, 75

Bairro Alto

VILA JOANA

Rua B, casa 4

Pilarzinho

GRUPO SÃO JUDAS TADEU

Praça 6, casa 8

Vila Nossa Senhora da Luz

ASSOCIAÇÃO MORADORES DO BAIRRO VILA LINDÓIA
Rua Leon Tolstói, 160

GRUPO NOSSA SENHORA DA LUZ
Rua AT-55, nº 35, Vila Santa Maria
Vila Nossa Senhora da Luz

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA MARIA
Rua Jassanan, 1
São Brás

ASSOCIAÇÃO MORADORES VILA MARIANA
Rua Pedro Siemens, 193
Pinheirinho

GRUPO UNIDOS DO MERCÚRIO
Rua Izaias Ceressin Calustre, 120

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES NOVA REPÚBLICA
Rua 15 de Março, 10
Fazendinha

GRUPO VILA OFICINAS
Rua Mário Miró, 36
Vila Oficinas

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO NÚCLEO RESIDENCIAL PARIGOT DE SOUZA
Rua 17, Creche

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM PAULISTA
Rua 3, casa 3, Jd. Eugênia Maria
Campina Grande do Sul

ASSOCIAÇÃO DO BAIRRO PRADO VELHO
Rua Imaculada Conceição, 1928

ASSOCIAÇÃO PRESBITERIANA
Rua Amauri Lang Silvério, 500
Pilarzinho

ASSOCIAÇÃO MORADORES E AMIGOS JARDIM PRIMAVERA
Rua Dona Barbara Cid, 365
Uberaba

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES COMUNIDADE SANTA TRINTADE E AMIGOS VI-
LA OFICINAS
Rua Cuiabá, 221
Vila Oficinas

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES VILA SIBISA
Rua Sezinando Martins da Cruz, 1978
Vila Sibisa

GRUPO TARUMÃ
Rua Albérico Flores Bueno, 7
Tarumã

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA TATUQUARA
Pinheirinho

ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE TAXI
Rua Gastão Câmara, 197
Bigorriho

GRUPO VAREJÃO
Av. Marginal, 4400
Capão da Imbuia

GRUPO VILA VERDE
Rua Albérico Flores Bueno, 7
Tarumã

ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E MORADORES JARDIM VITÓRIA
Rua Araxá, 11

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES JARDIM ALVORADA
Rua Eduardo Sobania, s/nº, Centro Social
Araucária

ASSOCIAÇÃO MORADORES VILA ANGÉLICA
Rua Francisco Koropi, 66
Araucária

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES CACHOEIRA SÃO JORGE
Rua Francisco Krieger, 2060
Almirante Tamandaré

VILA AJAMBI

ANITA GARIBALDI

JARDIM APUCARANA

GRUPO JARDIM BONFIM

JARDIM SANTA EDVIRGENS

VILA FELIZ

JARDIM GRAMADO I

JARDIM GRAMADO II

JARDIM JOSEANE

JARDIM MONTE SANTO I

JARDIM NOVO HORIZONTE

PARQUE SÃO JORGE

PLANTA PRIMAVERA

JARDIM ROMA

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DONA FINA

Rua 1, casa 88

Campo Largo

ASSOCIAÇÃO CENTRAL DE COMPRAS COMUNITÁRIAS

Rua 7, nº 19421, BR-116

ASSOCIAÇÃO DE ABASTECIMENTO JARDIM ALTO TARUMÃ

ASSOCIAÇÃO DE ABASTECIMENTO SANTOS ANDRADE

ASSOCIAÇÃO DE ABASTECIMENTO DA VILA SANTO ANTONIO

ASSOCIAÇÃO DE ABASTECIMENTO DA VILA SANTO ANTONIO II

ASSOCIAÇÃO DE ABASTECIMENTO DA VILA EMILIANO PERNETA

ASSOCIAÇÃO DE ABASTECIMENTO JARDIM IPIRANGA

ASSOCIAÇÃO DE ABASTECIMENTO VILA PALMEIRA

ASSOCIAÇÃO DE ABASTECIMENTO VILA ROSEIRA

ASSOCIAÇÃO DE ABASTECIMENTO DA VILA UNIÃO

CENTRO COMUNITÁRIO DE MANUTENÇÃO - CECOMA

Rua Omar Raymundo Picheth, 754

Vila São Pedro

VILA ACORDES

Rua Pedro Zavaski, 993

JARDIM CASTELO BRANCO

JARDIM DEMAVE

DUQUE DE CAXIAS

EUCLIDES DA CUNHA I
Rua 18, nº 25
Alto Boqueirão

GRUPO GUAPORÉ
Rua B, nº 9
Pinheirinho

JARDIM INDEPENDÊNCIA

JARDIM ITAMARATY

GRUPO MARIA ANGÉLICA

JARDIM MARINGÁ

JARDIM PARANAENSE

JARDIM REX

VILA URANO

VILA VITÓRIA

CENTRO SOCIAL ATUBA
Colombo

GRUPO CAMPO ALTO
Rua Copérnico, 13
Jardim Campo Alto

CENTRO SOCIAL CANGUIRI
Colombo

COMUNIDADE CRISTÃ
Colombo

GRUPO JARDIM CURITIBANO

Colombo

CENTRO SOCIAL SÃO GABRIEL

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DA VILA GUARANI

GRUPO ESCOLAR RAULINO COSTA CURTA

Colombo

CENTRO SOCIAL GUARAITUBA

Colombo

GRUPO JARDIM GEORGINA

Rua João de Barros, 1

Colombo

CENTRO SOCIAL ROÇA GRANDE

Colombo

ASSOCIAÇÃO SANTA CASA DE COLOMBO

GRUPO PINHAIS

Rua Rio Paraná, 178

Piraquara

ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES

ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES AGROPECUÁRIOS DO DISTRITO DE ÁGUA AZUL

Rua Principal, Água Azul

Lapa

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE HORTIGRANJEIROS DE AGUDOS DO SUL

Av. Brasil, 266

Agudos do sul

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DO VALE DA RIBEIRA - AGROVALE

Av. Mascarenhas de Moraes, 70

Adrianópolis

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
Rodovia dos Minérios, Km 15

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE ARAUCÁRIA
Rua Prof. Kazimera Szmanski, 67
Comunidade: Campo Tomaz

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE ARAUCÁRIA
Comunidade: Capinzal

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE ARAUCÁRIA
Comunidade: Colônia Cristina

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE ARAUCÁRIA
Comunidade: Espigão Alto

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE ARAUCÁRIA
Comunidade: Mato Dentro

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE ARAUCÁRIA
Comunidade: Onças

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE ARAUCÁRIA
Comunidade: Roça Velha

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE ARAUCÁRIA
Comunidade: Colônia Tietê

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE ARAUCÁRIA
Comunidade: Campina das Palmeiras

ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE CERRO AZUL
Rua Barão do Rio Branco

ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE HORTIGRANJEIROS DO LITORAL - PROHORTA
Morretes

ASSOCIAÇÃO RURAL TIJUCAS DO SUL

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE MIRINGUAVA - ASMERIN
São José dos Pinhais

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES COLÔNIA RIO GRANDE
Rua Iapó, 118
São José dos Pinhais

GRUPO VILA FUGGIATO
Rua Lapa, 883
São José dos Pinhais

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES CIDADE JARDIM II
Rua Enéas Marques, 200 ou 1029
São José dos Pinhais

IRMÃOS MAUAD LTDA
Conselheiro Dantas, 612
CGC: 76 518 091/0001-13
Inscrição Estadual: 10 108 800-P

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ASSOCIAÇÃO DE ABASTECIMENTO COMUNITÁRIO DO JARDIM SANTOS ANDRADE. Estatuto social. Curitiba, 1984. 18f. mimeografado.
- 2 CAFE DO PARANÁ. Programa de compras comunitárias: relatório de atividades. s.n.t.
- 3 CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, Bernardo & ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de, org. Sociedade e política no Brasil pós-64. São Paulo, Brasiliense, 1984. p.215-39.
- 4 CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ. Comportamento de consumo da população participante. Curitiba, 1987.
- 5 _____. Programa de Compras Comunitárias: relatório anual de atividades/85. Curitiba, 1985.
- 6 _____. Programa de Compras Comunitárias: relatório semestral de atividades jan.-jun. 1986. Curitiba, 1986.
- 7 _____. Programa de Compras Comunitárias: relatório trimestral de atividades jul.-set. 1986. Curitiba, 1986.
- 8 _____. Programa de Compras Comunitárias: relatório trimestral de atividades out.-dez. 1986. Curitiba, 1986.
- 9 _____. Relatório sobre a situação do Programa no interior do estado. Curitiba, 1987.
- 10 COMPANHIA BRASILEIRA DE ALIMENTOS. Avaliação do impacto do Programa de Alimentação Popular - PAP na cidade satélite de Ceilândia/DF. Brasília, 1985. 101p. (Abastecimento Hoje: Estudos e Pesquisas, 1).
- 11 A CONSTITUINTE e o direito à alimentação. Análise Conjuntural, Curitiba, 8(9) set. 1986. Encarte.
- 12 DRAIBE, Sonia Miriam. Notas (desanimadas) sobre a política social da Nova República. Campinas, UNICAMP, 1986. mimeo.
- 13 _____. O padrão brasileiro de proteção social: desafios à democratização. Análise Conjuntural, Curitiba, 8(2):13-9, fev. 1986.
- 14 ESMANHOTO, Paulo Rogério. Avaliação educacional participativa: Tópicos para discussão. Recife, IICA, 1982.
- 15 FIGUEIREDO, Angelina M. C. Avaliações de políticas sociais: a literatura brasileira. Campinas, NEEP/UNICAMP; 1985.
- 16 FIGUEIREDO, Marcus Faria & FIGUEIREDO, Angelina M. C. Avaliação política e avaliações de políticas: um quadro de referência teórica. São Paulo, IDESP, 1986. 57f. mimeografado.
- 17 FOME e política econômica. Retrato do Brasil, São Paulo, Política Editora, 1984. Encarte n.7.

- 18 IPARDES - FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. A compra de alimentos pela população de baixa renda. Curitiba, 1984. 56p.
- 19 JUNQUEIRA, Antonio Hélio. A experiência das associações de produtores e consumidores na organização do abastecimento alimentar urbano no estado de São Paulo: estudo sobre a Associação de Compras Comunitárias do Estado de São Paulo. São Paulo, 1986. mimeografado.
- 20 NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS. Levantamento e análise das avaliações de políticas sociais. Campinas, UNICAMP, 1985.
- 21 OLIVEIRA, Francisco de. Acumulação monopolista, estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes. São Paulo, CEBRAP, 1979.
- 22 PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura. Organização do produtor, meio ambiente e abastecimento alimentar: relatório de atividades 1983/84. Curitiba, 1984.
- 23 _____. Plano de ação 1978. Curitiba, 1979. Avaliação 1º semestre.
- 24 _____. Projeto: Compras Comunitárias de Alimentos Básicos. Curitiba, 1984.
- 25 SEMINÁRIO NACIONAL DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR EM GRANDES CIDADES: A EXPERIÊNCIA DE SÃO PAULO. São Paulo, 15-19 out. 1984. Anais. São Paulo, 1984. 421p.
- 26 SILVA, Pedro L. B. & FAGNANI, Eduardo. Dilemas do reordenamento da política social na transição democrática. ANPOCS, 1985.
- 27 WILBERG, Eunice de Quadros. Os significados da política social de alimentação e nutrição no Brasil - Estudo preliminar. Brasília, UNB, 1984.